

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO - CCHC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PPGDR

SEGURANÇA PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE EVENTOS
NA REGIÃO DA AMMVI - SC

PAULO ROBERTO BORNHOFEN

BLUMENAU

2008

PAULO ROBERTO BORNHOFEN

**SEGURANÇA PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE EVENTOS
NA REGIÃO DA AMMVI - SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Profa. Dra. Marialva Tomio Dreher - Orientadora

BLUMENAU

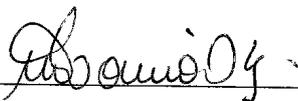
2008

**SEGURANÇA PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE EVENTOS
NA REGIÃO DA AMMVI**

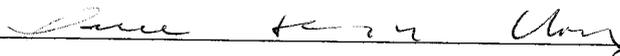
Por

PAULO ROBERTO BORNHOFEN

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, da Universidade Regional de Blumenau – FURB, pela banca examinadora formada por:



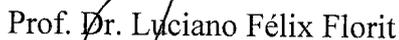
Presidente: Profa. Dra. Marialva Tomio Dreher, FURB



Membro: Profa. Dra. Marlene Huebes Novaes, UNIVALI



Membro: Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Júnior, FURB



Prof. Dr. Luciano Félix Florit
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

Blumenau, 25 de abril de 2008.

Dedico este trabalho a todos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de suas comunidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para realização deste trabalho.

Em especial, a Deus, o Grande Arquiteto do Universo, que me conduz num caminho de luz para que eu possa prosseguir em busca do saber e da verdade.

A minha esposa, Taísa, que compreendeu e aceitou minhas ausências físicas e espirituais no decorrer da construção desta dissertação.

Aos comandantes da Polícia Militar que entenderam minha necessidade de ir em busca de mais conhecimento e proporcionaram-me o suporte necessário.

Aos colegas de mestrado, companheiros de batalhas árduas na tentativa de desvendar os mistérios da ciência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional que nos guiaram através dos labirintos do saber.

Aos professores integrantes da banca por terem aceitado fazer parte de tão significativo momento de minha vida.

À Professora Zilair, que teve a paciência de revisar mais este trabalho.

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, que buscaram tornar mais amena nossa passagem pelo programa.

Aos entrevistados que, de forma gentil, cederam espaços em suas agendas para que a presente pesquisa pudesse ser concluída.

Por fim, agradeço a minha orientadora, Professora Doutora Marialva, que mostrou ser, acima de tudo, uma amiga. Tenha certeza de que seus conselhos e suas “chamadas” foram fundamentais para sedimentar e tornar menos tortuoso o caminho que eu tantas vezes insistia em não querer trilhar. Sua orientação é para toda a vida.

Felicidade é a certeza de que nossa vida não está se passando inutilmente.

Érico Veríssimo

RESUMO

O turismo de eventos é uma das atividades que mais tem contribuído para o desenvolvimento regional, pois, além de gerar os mesmos benefícios que as demais atividades turísticas, este segmento independe de sazonalidade e os gastos de seu público são superiores aos do turista comum. Nesse contexto, a segurança pública desempenha um papel fundamental, haja vista que a ordem pública é um dos fatores que mais influenciam a opção de um turista por determinado destino. Sob esta perspectiva, esta pesquisa teve por objetivo: identificar a percepção dos atores envolvidos com o desenvolvimento regional do turismo sobre a estrutura e atuação da segurança pública e investigar as implicações desta no desenvolvimento do turismo de eventos da Região da AMMVI. Para tanto, adotou-se a técnica de observação participante e uma entrevista estruturada, aplicada a representantes da Polícia Militar e a atores do setor de turismo. Constatou-se que, oficialmente, as políticas públicas de turismo e de segurança pública se reconhecem como interdependentes, mas não apresentam linhas de ação que promovam interação entre os setores. Essa desarticulação também se confirma na Região pesquisada: um setor desconhece a forma de atuação do outro, a aproximação ocorre apenas em situações pontuais e, no cotidiano, cada qual desenvolve suas atividades de forma isolada. Ainda assim, os entrevistados têm convicção de que a segurança pública é essencial para o desenvolvimento do turismo de eventos e apresentam uma avaliação positiva da segurança pública dos municípios da AMMVI.

Palavras-chave: Segurança pública. Turismo de eventos. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

Tourism for events is gaining more importance due its characteristics of fomenting local development, and public security is a recurrent subject in discussions of the routine of our society. Based on this, the general objective of this research investigated the implications of public security in the development of tourism for events in the region of AMMVI, along with the contextualization of this region; a description of the evolution of tourism for events in the region of AMMVI and its structure; identification of the structure of public security in the region of AMMVI and the perception of the actors involved with the regional development of tourism for events on its own performance; an analysis of the implications of public security in the regional development of the tourism for events in the region of AMMVI. In this study, the point of view of the participant has been adopted, through the real participation of the researcher in the researched group, which was constituted by the set of actors involved with the development of the regional tourism for events in the region of AMMVI. As a result, one discovered that practically, on the daily life, both activities: public security and tourism for events; do not interact. Public politics of tourism and public security themselves, do not present action lines that facilitate, or even provoke, a more effective interaction of both the sectors, that occurring due to the fact that there is a great lack of mutual knowledge, that is, the actors of a sector do not know the way the others perform.

Keywords: Public security. Tourism for events. Regional development.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Comparativo entre as atividades de segurança pública e segurança privada em um evento em recintos não públicos.....	28
Quadro 2 - Construto da pesquisa.....	56
Tabela 1 - Municípios da AMMVI.....	48
Tabela 2 - Ocorrência de eventos nos municípios integrantes da AMMVI de acordo com a classificação de Martin, por objetivo ou área de interesse	54
Tabela 3 - Infra-estrutura para atendimento de eventos nos municípios da AMMVI.....	61
Tabela 4 - Frequência da realização de eventos na cidade	67
Tabela 5 - Estrutura para a realização de eventos turísticos.....	68
Tabela 6 - Tipo de estrutura para a realização de eventos turísticos	68
Tabela 7 - Ampliação da estrutura para a realização de eventos turísticos	69
Tabela 8 - Estrutura própria para a captação de eventos	70
Tabela 9 - Tendência da variação de público dos eventos	70
Tabela 10 - Conhecimento acerca da organização da segurança em um evento.....	72
Tabela 11 - Órgãos de segurança pública que são contatados.....	73
Tabela 12 - Antecedência com que órgãos de segurança pública são contatados.....	74
Tabela 13 - A contribuição da presença da Polícia Militar em evento.....	74
Tabela 14 - A presença da Polícia Militar como um diferencial na captação de um evento....	75
Tabela 15 - O serviço da Polícia Militar e da segurança privada em um evento	75
Tabela 16 - Os órgãos de segurança pública instalados no município	76
Tabela 17 - O atendimento dos órgãos de segurança pública quando solicitados.....	77
Tabela 18 - A situação do município com relação à segurança pública.....	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina com a Região da AMMVI delimitada	49
Figura 2 - Mapa da Região da AMMVI	50
Figura 3 - Organograma comparativo entre as áreas de atuação da 7ª Região Policial Militar e a AMMVI.....	57

LISTA DE SIGLAS

7ª RPM	- Sétima Região Policial Militar
ABEOC	- Associação Brasileira das Empresas de Eventos
ABCFAV	- Associação Brasileira dos Cursos de Formação de Vigilantes
AGROPEC	- Feira Agropecuária
AMMVI	- Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
CNST	- Comitê Nacional de Segurança no Turismo
CNT	- Conselho Nacional de Turismo
COEB	- Comissão Organizadora de Exposições de Blumenau
COPOM	- Centro de Operações Policiais Militares
CTG	- Centro de tradições gaúchas
DG/DPF	- Direção Geral do Departamento de Polícia Federal
EXPOTIM	- Exposição e Feira Agropecuária de Timbó
FAMOSC	- Feira de Amostra de Santa Catarina
FEBRATEX	- Feira Brasileira para a Indústria Têxtil
FECAM	- Federação Catarinense de Municípios
FENAJEEP	- Festa Nacional do Jeep
FENARINHA	- Festa Nacional da Farinha
FENARRECO	- Festa Nacional do Marreco
FESBRAER	- Festival Brasileiro de Modelismo
FIMI	- Festa da Instalação do Município de Indaial
FURB	- Universidade Regional de Blumenau
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
ICMS	- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
OMT	- Organização Mundial do Turismo
ORT	- Organização Regional do Turismo
PDIL	- Plano Integrado de Lazer
PMSC	- Polícia Militar de Santa Catarina
POMERFEST	- Festa Pomerana
PRODETUR	- Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo
PROEB	- Fundação Promotora de Eventos de Blumenau
SDR	- Secretaria de Desenvolvimento Regional
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIHORS	- Sindicato dos hotéis, restaurantes, bares e similares de Blumenau e Região
SINDISOL	- Sind. dos hotéis, bares, restaurantes e similares de Balneário Camboriú e Região
SOMMERFEST	- Festa de Verão
TEXFAIR	- Feira Internacional da Indústria Textil
UNDCP	- <i>United Nations Drug Control Programme</i>
UNIASSELVI	- Centro Universitário Leonardo da Vinci

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO TEÓRICA E EMPÍRICA	18
2.1	SEGURANÇA PÚBLICA.....	18
2.1.1	Segurança privada.....	24
2.2	SEGURANÇA PÚBLICA NO TURISMO DE EVENTOS	28
2.3	DESENVOLVIMENTO DO TUR. DE EVENTOS E A REGIÃO DA AMMVI.....	45
3	PROPOSTA METODOLÓGICA	55
3.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	59
4	PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUANTO À ESTRUTURA DO TURISMO DE EVENTOS E DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DA AMMVI	60
4.1	ESTRUTURA DO TURISMO DE EVENTOS NOS MUNICÍPIOS DA AMMVI....	60
4.2	ESTRUTURAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DA AMMVI...	62
4.3	PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E TURISMO DE EVENTOS	65
4.3.1	Questões relativas aos eventos turísticos e a estrutura destes na Região da AMMVI .	65
4.3.2	Questões relativas aos eventos turísticos e à segurança.	72
4.3.3	Questões relativas à segurança pública na Região da AMMVI	76
5	IMPLICAÇÕES DA SEGURANÇA NO TURISMO DE EVENTOS.....	80
6	CONCLUSÃO.....	84
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICE - INSTRUMENTO DE PESQUISA	93

1 INTRODUÇÃO

Segundo Zanella (2003), o turismo de eventos é uma das atividades que mais cresce na economia mundial, pois o turista de eventos é o que mais gasta nos locais visitados, gerando emprego, renda e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade receptora. Por isso, as cidades ou regiões, que pretendam se apresentar como destino turístico, precisam estruturar uma rede de serviços públicos e privados altamente comprometida com o setor, disposta a atrair um público cada vez maior e melhor qualificado. Dentre os serviços prestados por essa rede, Moletta e Garcia (2000) destacam: limpeza, abastecimento de água e energia elétrica, telefonia eficiente, sinalização turística adequada, eficiência nos transportes públicos, boa estrutura de informação, pessoal qualificado para atender ao visitante e segurança pública.

Todos esses serviços são de suma importância para qualquer atrativo turístico, a segurança pública, no entanto, tem se caracterizado como um desafio cada vez mais difícil de ser enfrentado, haja vista os crescentes níveis de violência apresentados pela maioria das grandes cidades. Nesse cenário, é preciso levar em conta que, a partir do momento que o turista se interessa pela infra-estrutura de determinado destino, a segurança passa a ser fator preponderante em sua decisão. No caso do turismo de eventos, essa tendência torna-se ainda mais acentuada, pois, ao optar pela participação em uma atividade desta natureza, o turista não quer saber de problemas, principalmente, se estes colocarem em cheque a sua própria integridade física e moral.

No que diz respeito à realidade nacional, Boiteux e Werner (2002) afirmam que a escalada da violência prejudica a imagem institucional do Brasil nos principais mercados emissores e, por conseqüência, reduz o fluxo de turistas no País. Os autores ressaltam que o turista precisa sentir-se seguro ao circular em determinado local. Por isso, é preciso criar condições para que ele possa andar livremente pelos logradouros, sem se preocupar com assaltos, ou com as demais formas de violência que têm assolando os grandes centros. Além disso, os habitantes do destino precisam inspirar confiança para que o visitante não se sobressalte ao deparar-se com desconhecidos. Nesse ínterim, a estrutura de serviços assume um papel fundamental, pois o turista se sentirá seguro se perceber que há servidores e órgãos de segurança pública zelando pelo bem estar de todos.

Kahn (1999) afirma que, gradativamente, a preocupação com a segurança leva os moradores dos grandes centros urbanos a tomarem decisões autômatas, ou seja, sem que se

apercebiam, deixam de viajar para determinadas cidades, de morar em certas vizinhanças, de estacionar o carro nesta ou naquela rua, de comprar carros conversíveis e até mesmo de morar em casas. Para Barbosa (2004), o setor de planejamento e implementação do turismo pode contribuir significativamente para a redução dos índices de criminalidade, gerando renda, implantando projetos sociais e proporcionando melhor qualidade de vida à população.

Considerando que o sistema de segurança pública brasileiro é composto por diversos órgãos, este estudo optou por atrelar-se a estrutura da Polícia Militar que, segundo a Carta Magna¹ da Nação, é responsável pela polícia ostensiva e pela manutenção da ordem pública (BRASIL, 1988). A Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) articulou-se em espaços geográficos com denominações distintas, cada qual com um comando. A Região de Policiamento Ostensivo é o maior desses espaços e sua responsabilidade é atribuída a um Comando Regional. A Região é responsável por várias Áreas de Policiamento Ostensivo, estas, por sua vez, têm sua responsabilidade atribuída a um Batalhão e assim sucessivamente. Tal estrutura foi montada com o objetivo de atender, da melhor maneira possível, às demandas da sociedade catarinense, dentre elas, as geradas pelo turismo de eventos. Vale destacar que a ordem pública necessária a um evento requer atenção especial por parte da Polícia Militar (PMSC, 1989).

Partindo da premissa de que a integração entre os setores de turismo e de segurança pública - em especial da Polícia Militar - é essencial para construção de um ambiente adequado ao desenvolvimento do turismo de eventos, este estudo propõe uma reflexão sobre a estrutura de segurança pública apresentada pelos eventos turísticos promovidos na Região da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), em Santa Catarina. A cidade pólo da AMMVI é Blumenau, local onde está sediado o Comando da 7ª Região da Polícia Militar e o 10º Batalhão a ela subordinado.

Através do Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007, o Ministério do Turismo do Brasil reconhece a importância do setor turístico para a melhoria das condições de vida da população e a necessidade do aprimoramento da segurança pública nos locais em que o turismo é praticado. Da mesma forma, o Plano Nacional de Segurança Pública admite que a violência é uma ameaça às atividades turísticas (BRASIL, 2003). Esses dois documentos do governo federal reconhecem a necessidade de interação entre os setores

^{1 1} O Artigo 144 § da Constituição Federal relaciona os órgãos encarregados da segurança pública.

de turismo e de segurança pública, mas nenhum deles mostra o caminho para que realmente se estabeleça uma sinergia entre ambos. Em Santa Catarina, o Plano Integrado de Lazer (PDIL) e o Programa de Desenvolvimento Integrado de Turismo (PRODETUR) fazem menção ao tema, mas não contemplam qualquer ação que vise à implementação de medidas de segurança pública em territórios que se configurem como atrativos turísticos.

Nesse sentido, a Organização Mundial do Turismo (OMT) criou o documento denominado *Seguridad em turismo - medidas practicas para los destinos* (OMT, 1997), no qual são apresentados estudos de caso sobre como localidades de várias partes do mundo trataram questões de segurança pública relacionadas às práticas turísticas. Desse modo, embora não tenha poder para determinar a implementação desta ou daquela medida, a OMT demonstra preocupação para com o tema e apresenta ações pontuais, as quais podem servir de modelo desde, é claro, que adaptadas à realidade de outros destinos. Com tais ações, a OMT busca demonstrar aos gestores, de forma contundente, que a segurança pública não pode ser pensada e trabalhada de maneira isolada quando se trata de planejamento e, acima de tudo, da execução de ações voltadas ao turismo.

Analisando-se as orientações da OMT, os documentos do governo federal e estadual, a bibliografia consultada e as políticas públicas, observa-se que, embora seja global, a preocupação com a segurança pública no âmbito do turismo ainda é superficial e, raramente, contempla alguma ação. Essa inércia permite a desqualificação da atividade turística e diminui o potencial de desenvolvimento sócio-econômico das comunidades receptoras. Nessa linha, o problema desta pesquisa baseia-se no fato de que, ao invés de ser priorizada no planejamento e execução das atividades turísticas, a segurança pública continua restrita a discursos. Fazendo um recorte para o turismo de eventos, pode-se inferir que o problema seja ainda mais negligenciado, pois, quase sempre, as preocupações se voltam para a segurança privada, desconsiderando elementos da segurança pública que são muito mais abrangentes. Assim, visando uma melhor compreensão deste cenário, esta pesquisa busca responder as seguintes questões:

- a) De que maneira os municípios se organizaram para definir a Região da AMMVI e como se desenvolveu o turismo de eventos na região?
- b) De que forma a segurança pública - exercida pela Polícia Militar - estruturou-se na Região da AMMVI e qual é a percepção dos atores envolvidos com o desenvolvimento regional do turismo de eventos sobre sua atuação?

- c) Como as estratégias para a redefinição da segurança pública no turismo de eventos poderão contribuir para harmonização do uso turístico e para o bem-estar dos residentes?

Para responder a esses questionamentos, esta pesquisa orientou-se para os seguintes objetivos:

a) Objetivo geral:

- investigar as implicações da segurança pública no desenvolvimento do turismo de eventos na Região da AMMVI.

b) Objetivos específicos:

- contextualizar a Região da AMMVI;
- descrever a evolução e a estrutura do turismo de eventos na Região da AMMVI;
- identificar percepção dos atores envolvidos com o desenvolvimento regional do turismo sobre a estrutura e atuação da segurança pública na Região da AMMVI;
- analisar as implicações da segurança pública no desenvolvimento do turismo de eventos na Região da AMMVI.

Pressupõe-se que os atores setor turístico da Região da AMMVI negligenciam a participação da segurança pública no desenvolvimento do turismo de eventos, o que pode ocasionar conflitos entre turistas e residentes. Acredita-se que essa negligência se dá por duas razões: primeiro pelo desconhecimento, por parte desses atores, sobre a estrutura e a forma de atuação da segurança pública na Região; segundo, pela percepção equivocada, dos mesmos, de que a segurança privada pode suprir a atuação da segurança pública. Percepção esta que muda drasticamente quando uma situação afeta ou ameaça a segurança de um evento. Outro pressuposto baseia-se no fato de que, se houver um melhor entendimento do papel da segurança no turismo de eventos, o setor poderá incrementar novos produtos, sem afetar o bem-estar dos residentes. Em contrapartida, os residentes - amparados por um sistema de segurança que controle a ordem pública e evite que o cotidiano local seja demasiadamente abalado - aceitarão melhor o fluxo de turistas.

O turismo de eventos tende a proporcionar - através de investimentos em equipamentos e do aumento do fluxo de turistas - o aporte de recursos financeiros que movimentam toda a rede de serviços estruturada para atender à demanda do setor. Sendo assim, tendo-se em conta a importância do turismo para o desenvolvimento socioeconômico, este estudo justifica-se pela necessidade de incremento de eventos mais seguros tanto para os turistas quanto para os residentes da Região da AMMVI.

No entendimento de Carvalho (2001, p. 31) “segurança é uma condição básica para quem viaja e, claro, para todos os que gostam de viver tranquilos e satisfeitos na própria cidade”. Desse modo, não é possível, nem desejável, que haja uma separação entre a segurança pública ofertada aos turistas e a disponibilizada aos residentes. Para Bacal e Miranda (2002), é necessário que se invista na melhoria da qualidade de vida da população local para evitar conflitos com os turistas. Nesse sentido, o desenvolvimento do turismo de eventos requer cada vez mais contrapartida por parte da segurança pública, o que tende a criar um círculo virtuoso, pois quando a população local se sente segura, ela passa esta sensação de tranquilidade aos visitantes.

Tendo em vista os alertas de alguns autores sobre as implicações da segurança pública no setor turístico, espera-se que esta pesquisa contribua para a complementação da literatura sobre o tema. Espera-se ainda que ela possa servir como instrumento de auxílio para o aprimoramento da segurança pública nos eventos turísticos da Região da AMMVI. Além disso, considerando que os autores brasileiros atribuem denominações distintas às fases pelas quais passa a organização de um evento, este trabalho adota a metodologia apresentada por Martin (2003), para quem todo evento - independentemente do tipo, abrangência, tamanho e objetivo - passa por três fases: pré-evento, evento e pós-evento.

Ressalta-se que a viabilidade desta pesquisa está sedimentada no binômio custo e acessibilidade: o custo é reduzido porque a instituição de ensino (FURB) e os atores pesquisados encontram-se na Região da AMMVI; o acesso é facilitado porque o pesquisador tem trânsito livre nos segmentos estudados. No mais, embora aborde questões relativas à segurança pública, este estudo não envolve dados sigilosos e não contém elementos que possam inviabilizá-lo, uma vez que foi aceito pela Polícia Militar e pelos órgãos que fomentam e organizam o turismo de eventos na Região. Além disso, este trabalho está amparado pelo grupo de pesquisa Núcleo de Políticas Públicas, da linha de pesquisa Formulação e Implementação de Estratégias de Desenvolvimento, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau.

O trabalho está organizado em seis capítulos.

No primeiro, a introdução ao tema apresenta o problema, as perguntas, o objetivo geral, os objetivos específicos, os pressupostos, a justificativa, as contribuições e a estrutura da pesquisa.

No segundo, a revisão teórica e empírica aborda a segurança pública, a segurança privada, a segurança pública voltada ao turismo de eventos e o desenvolvimento do turismo de eventos na Região da AMMVI.

No terceiro, a proposta metodológica traz o delineamento da pesquisa, a população, a amostra, a técnica e os instrumentos de coleta de dados, a forma de análise, a interpretação dos dados e as limitações do estudo.

No quarto, a apresentação dos dados da pesquisa descreve as estruturas do turismo de eventos e da segurança pública nos municípios pesquisados e a percepção dos atores do turismo e dos representantes da Polícia Militar sobre a segurança pública e o turismo de eventos na Região da AMMVI.

O quinto, a análise de dados, trata das implicações da segurança pública no turismo de eventos, descrevendo a situação atual e propondo ações voltadas a melhoria da interação entre os envolvidos com o turismo de eventos e os órgãos de segurança pública.

O sexto, a conclusão, apresenta as inferências construídas a partir do estudo e sugestões para futuras pesquisas.

2 REVISÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

Este capítulo aborda os conceitos que fundamentam esta pesquisa, compreendendo: segurança pública e privada; segurança de eventos turísticos, desenvolvimento regional do turismo e sua estrutura no âmbito da AMMVI.

2.1 SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança é um sentimento. É um estado de espírito que envolve a certeza da proteção. É uma situação em que as ameaças estão relativamente dominadas e existe uma crença subjetiva de que elas assim estejam. Essas ameaças podem ser de origem natural, como enchentes e furacões; ou de origem social, como crimes e acidentes. O acúmulo das ameaças de origem social gera a chamada crise da segurança pública, que se manifesta por uma crescente sensação de insegurança na comunidade (ESPÍRITO SANTO e MEIRELES, 2003).

Essa sensação de insegurança se dá quando determinadas situações – objetivas ou subjetivas - abalam a crença das pessoas de que as ameaças estejam controladas. As situações objetivas têm origem na desordem, no crime que afeta diretamente a pessoa, já as subjetivas advêm do fluxo intenso e contínuo de informações sobre os crimes que abalam a sociedade, não havendo necessidade de que o indivíduo seja diretamente afetado (ESPÍRITO SANTO e MEIRELES, 2003).

Para Câmara (2000), a segurança pública é atribuição do Estado. Santo e Meireles (2003), no entanto, alertam para o fato de que a Constituição Federal estabelece que esta é uma responsabilidade de todos. Nesse contexto, quando, por simples decisão político-administrativa ou quaisquer outras razões, o Estado deixa de proporcionar proteção à sociedade, a camada da população que dispõe de recursos financeiros recorre à iniciativa privada.

Nos últimos tempos, os debates sobre o tema se têm destacado em diferentes níveis e espaços da sociedade, demonstrando que, por envolver vários órgãos, a segurança pública apresenta certa complexidade. Neste estudo, optou-se pela linha constitucional que delega à Polícia Militar a responsabilidade pela polícia ostensiva e pela manutenção da ordem pública (BRASIL, 1988). Além do tratamento constitucional, o trabalho apresenta um debate

doutrinário sobre a inserção da tranqüilidade e da salubridade pública como elementos integrantes da ordem pública, juntamente com a segurança pública (LAZZARINI, 1999).

O artigo 144 da Constituição Federal afirma que a segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública. Ordem pública consiste em uma situação de pacífica convivência social, isenta de ameaça de violência ou de sublevação que tenha produzido, ou possa produzir a prática de crimes em curto prazo (SILVA, 2003). A ordem pública é mais fácil de ser sentida do que definida, mesmo porque ela varia de entendimento no tempo e no espaço. Nessa linha, Rosenbaum (2002) argumenta que a desordem, embora não seja fácil de definir, é algo que os moradores locais vão reconhecer quando virem ou ouvirem, isto é, vários comportamentos e condições físicas que violam as normas sociais da comunidade.

O Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, define ordem pública como um conjunto de regras formais, as quais emanam do ordenamento jurídico da nação, tendo por escopo regular as relações sociais em todos os níveis do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum. A manutenção da ordem pública é um exercício dinâmico do Poder de Polícia, no campo da Segurança Pública, manifestado por atuações predominantemente ostensivas, as quais visam prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública (BRASIL, 1983). “A ordem pública, portanto, é efeito da causa segurança pública, como também acrescentamos, é efeito da causa tranqüilidade pública ou, ainda, efeito da causa salubridade pública.” (LAZZARINI, 1999, p. 53).

Nesse contexto, constata-se que ordem pública é um universo maior do que segurança pública, pois a ausência da primeira é sentida por cada membro da comunidade. Essa percepção, segundo Rosebaum (2002), varia de comunidade para comunidade, por isso, as medidas para o restabelecimento da ordem pública não são gerais, nem genéricas. Lazzarini (1999) divide a ordem pública em: tranqüilidade pública, salubridade pública e segurança pública.

- Tranqüilidade pública: exprime o estado de ânimo tranqüilo, sossegado, sem preocupações nem incômodos, que traz às pessoas serenidade e paz de espírito. Em outras palavras, revela a quietude, a ordem, o silêncio, a normalidade e, como se faz lógico, não provoca sobressaltos, preocupações ou aborrecimentos que possam perturbar o sossego alheio. A tranqüilidade constitui-se em um direito,

por isso, cada indivíduo está autorizado a impor que respeitem o seu bem-estar e o da comodidade em que vive (MARCINEIRO; PACHECO, 2005).

- Salubridade pública: diz respeito às condições sanitárias de ordem pública ou coletiva, a situações que podem representar um perigo presente ou futuro para a saúde de um indivíduo ou de toda uma comunidade. A expressão também designa o estado de sanidade e higiene de um lugar, em razão do qual se mostram propícias, ou não, as condições de vida de seus habitantes. A salubridade pública visa à proteção da saúde humana, por isso, também envolve o controle de alimentos, doenças e remédios (OLIVEIRA, 2004).
- Segurança pública: está ligada à ausência de práticas que a lei define como crimes ou contravenções. Diferentemente dos conceitos supracitados, a segurança pública precisa de um ordenamento jurídico-penal voltado à incolumidade das pessoas e do patrimônio (MOREIRA NETO, 2003). A segurança pública integra a ordem pública - juntamente com a salubridade e a tranqüilidade - e não está isolada como faz entender a Constituição brasileira. A noção de ordem pública é básica em direito administrativo que - fundamentado na segurança dos bens e das pessoas, na salubridade e na tranqüilidade - deve zelar pelo mínimo de condições essenciais a uma vida social conveniente.

Nesse cenário, a segurança pública surge como um contraponto, um caminho para diminuição da violência, em especial, da violência urbana que, segundo Misse (2007), é um objeto e não um conceito, pois consiste numa construção simbólica que constitui o que descreve, ou seja, é uma representação de práticas (saque à propriedade privada e ameaças à integridade física) e modelos de conduta subjetivamente justificados.

A manifestação mais evidente da violência urbana são os altos índices de criminalidade. Qualquer pessoa na casa dos 40 ou 50 anos pode afirmar, com certeza, que antigamente a vida era mais tranqüila. Ainda é possível ouvir histórias de um tempo - não muito distante - em que as casas não precisavam contar com tantos equipamentos de segurança. Nos anos 50 e 60, os furtos em residências de classe média eram fatos extraordinários. O roubo da bolsa de uma senhora nas ruas centrais de comércio das grandes cidades era causa de espanto, pois, naquele tempo, o eixo da criminalidade localizava-se nos bairros da periferia, onde parecia residir e estar aprisionado.

Na década de 80, a situação agravou-se, a violência expandiu-se para os bairros ricos e, aos poucos, tornou-se um fenômeno generalizado, sem fronteiras, abarcando estradas, pequenas cidades e o espaço rural. Em suma, aprisionou o cotidiano das pessoas de todas as classes sociais e espaços geográficos (NASCIMENTO, 2002). Nesse período, os níveis de violência urbana foram seriamente afetados pela mudança no padrão da criminalidade, que passou a incluir o tráfico internacional de drogas. Segundo estimativas da *United Nations Drug Control Programme* (UNDCP), a partir de 1980, a produção de cocaína alcançou escala industrial e sua exportação atingiu dimensões globais. Isso fez com que o valor dessa droga alcançasse preços cinco vezes menores do que os praticados anteriormente, disseminando o consumo por todas as classes sociais e países do continente americano (COSTA, 2004).

A partir de então, a violência assumiu novas formas e passou a ser cada vez mais banalizada. Hoje, as pessoas já não se surpreendem com as estatísticas de crimes contra o patrimônio, o que ainda as assusta são os altos índices de crimes cometidos contra a vida (KAHN, 2002). Nesse ínterim, a violência urbana atinge a todos e não apenas as vítimas diretas dos crimes, pois sua crueldade afeta radicalmente as relações sociais, o comportamento e os hábitos das pessoas. Até mesmo a arquitetura das cidades tem sofrido alterações.

De acordo com Musumeci (1998), um dos elementos que mais gera violência é a droga, não só pela guerra do tráfico, mas também pelos crimes que os indivíduos são capazes cometer para sustentar o vício. Sempre que faz uso de drogas ilícitas, o usuário está alimentando uma cadeia extremamente complexa que, de forma direta ou indireta, afeta a vida de milhões de pessoas. Em uma das extremidades dessa cadeia está o vendedor, na outra o tráfico internacional e, entre ambos, encontra-se a distribuição, que é a parcela mais violenta da estrutura do tráfico. Nesse sentido, pode-se afirmar que o comércio de drogas faz mais vítimas fatais entre os próprios integrantes da cadeia do tráfico do que entre os consumidores, afinal há uma retroalimentação entre o tráfico de drogas e o tráfico de armas.

Se por um lado, as quadrilhas de traficantes de drogas adotam algumas práticas de comércio lícito para conquistar mercado, por outro, fornecem armamento às facções criminosas (*gangs*), transformando-as em verdadeiros exércitos. Estes, por sua vez, entram em confronto e aumentam ainda mais os índices de violência. Referindo-se às *gangs* da idade média, McNeill (2002, p. 16) usa o termo alemão *Gefolgschaft*, ou seja, “um grupo de jovens de sexo masculino, desligados da sociedade civil, que fazem o juramento de seguir um determinado líder, e vivem da pilhagem das vizinhanças [...]” Assim, percebe-se que as

gangs já perturbam o cotidiano da sociedade há muitos séculos, a novidade está no acesso facilitado às armas que as tornou ainda mais perigosas. Tanto, que nos últimos tempos a imprensa brasileira tem chamado atenção para as ações ousadas de tais facções.

O artigo 144 da Constituição Federal institui como órgãos de segurança pública: a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, as Polícias Cíveis, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros. As guardas municipais são amparadas pela Constituição, porém, não são definidas como órgãos de segurança pública (BRASIL, 1988).

À Polícia Federal cabe apurar as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cujas práticas tenham repercussão interestadual, internacional e exijam repressão uniforme, segundo disposto em lei. Também compete a este órgão prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência. Além disso, a Polícia Federal deve exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária, de fronteiras e, com exclusividade, de polícia judiciária da União (BRASIL, 1988).

A Polícia Rodoviária Federal é um órgão permanente, estruturado em carreira, organizado e mantido pela União que, na forma da lei, destina-se ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Salvo o que for de competência da União, as Polícias Cíveis agregam as funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais cíveis. Às Polícias Militares são responsáveis pela polícia ostensiva e pela preservação da ordem pública. Ao Corpo de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, cabe a execução de atividades de defesa civil (BRASIL, 1988).

O artigo 105 da Constituição de Santa Catarina estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, a qual deve ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia Civil; Polícia Militar; Corpo de Bombeiros Militar e Instituto Geral de Perícia. A Constituição catarinense inovou ao inserir o Instituto Geral de Perícia, que não está previsto na Constituição Federal como órgão de segurança pública (SANTA CATARINA, 1989).

O artigo 107 da Constituição do Estado de Santa Catarina confere uma série de atribuições à Polícia Militar, dentre as quais, (I) exercer a policiamento ostensivo para

preservação da ordem e da segurança pública; o radiopatrulhamento terrestre, aéreo, lacustre e fluvial; o patrulhamento rodoviário; a guarda e a fiscalização das florestas e dos mananciais; a guarda e a fiscalização do trânsito urbano; a polícia judiciária militar, nos termos de lei federal; a proteção do meio ambiente; e a garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicas, especialmente da área fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural; (II) cooperar com órgãos de defesa civil; e (III) atuar preventivamente como força de dissuasão e repressivamente como de restauração da ordem pública (SANTA CATARINA, 1989).

Observa-se que a Constituição catarinense procurou reforçar a idéia de que a preservação da ordem e da segurança pública é atribuição da Polícia Militar, a ser exercida através do exercício da polícia ostensiva. Atribuições estas já determinadas pela Constituição Federal. A expressão polícia ostensiva é nova no contexto da segurança pública e, muitas vezes, confundida com policiamento ostensivo. Para esclarecer essa questão, bem como a atuação das Forças Armadas na manutenção da ordem pública, a Procuradoria da República - por determinação do então Procurador Gilmar Mendes, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal - elaborou o Parecer GM-25 (BRASIL, 2001).

De acordo com esse Parecer, a expressão polícia ostensiva foi adotada por dois motivos: o primeiro, estabelecer a exclusividade constitucional, ou seja, cabe somente a Polícia Militar executá-la; o segundo, marcar a expansão da competência dos policiais militares para além do “policiamento” ostensivo. Para compreender esse segundo aspecto, é preciso ter em mente que o policiamento é apenas uma fase da atividade de polícia. Em outras palavras, o Estado divide o poder de polícia em quatro fases: ordem de polícia, consentimento de polícia, fiscalização de polícia e sanção de polícia.

Segundo o Parecer GM-25, a ordem de polícia está contida num preceito que, necessariamente, nasce da lei, pois trata de uma reserva legal e pode ser enriquecido discricionariamente, consoante as circunstâncias, pela Administração. O consentimento de polícia, quando couber, será a anuência, vinculada ou discricionária, do Estado com a atividade submetida ao preceito vedativo relativo, sempre que satisfeitos os condicionamentos exigidos. A fiscalização de polícia é uma forma ordinária e indissociável da atuação administrativa, através da qual se verifica o cumprimento da ordem de polícia ou a regularidade da atividade já consentida por uma licença ou autorização, podendo ser ex officio ou provocada. No contexto da fiscalização surge a expressão policiamento, que designa a atuação da polícia para preservação da ordem pública. A sanção de polícia é a atuação administrativa auto-executória, que se destina à repressão da infração (BRASIL, 2001).

No caso da infração à ordem pública, a atividade administrativa, auto-executória, no exercício do poder de polícia, esgota-se no constrangimento pessoal, direto e imediato, na justa medida para restabelecê-la. Como se observa, o policiamento corresponde apenas à atividade de fiscalização. Por esse motivo, a expressão polícia ostensiva expande a atuação das Polícias Militares à integralidade das fases do exercício do poder de polícia. O adjetivo “ostensivo” refere-se à ação pública da dissuasão, característica do policial fardado e armado, reforçada pelo aparato militar utilizado, que evoca o poder de uma corporação eficientemente unificada pela hierarquia e pela disciplina (BRASIL, 2001).

2.1.1 Segurança privada

A segurança privada e a segurança pública atuam paralelamente, complementando-se sem se confundirem. Complementam-se porque a segurança privada se encarrega de pormenores que a segurança pública não tem condições de atender, ao mesmo tempo em que a segurança pública alcança lugares nos quais a segurança privada não pode chegar. Não se confundem pelo fato de que a segurança pública está alicerçada, entre outras fontes, no poder de polícia, que não é uma prerrogativa da segurança privada (GM-25 apud BRASIL, 2001). De acordo com o Manual do Vigilante, “a segurança privada é subsidiária e complementar à segurança pública e subordina-se aos princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade.” (ABCFAV, 2007, p.10).

Nas palavras de Meirelles (1998, p. 115), o poder de polícia é “a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.” Quem tem o poder de polícia é a Administração Pública, então, somente poderão exercer esse poder os entes que dela fazem parte. A segurança privada não faz parte da administração pública, portanto não pode fazer uso do poder do polícia. A definição legal de poder de polícia se encontra no artigo 78 do Código Tributário Nacional que estabelece:

Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (BRASIL, 1966, p. 12)

No conceito supracitado aparece a expressão “limitando ou disciplinando direito”, o que quer dizer que o poder de polícia impõe ao particular a obrigação de não fazer algo. É por essa razão que Di Pietro (2003) afirma que algumas características do poder de polícia o transformam numa atividade negativa, pois, mesmo quando impõe uma obrigação - como a colocação de equipamentos de proteção contra incêndio em locais destinados a eventos, por exemplo - o objetivo é evitar que as ações do particular se desenvolvam de maneira perigosa, o que fatalmente aconteceria se não houvesse controle por parte da Administração Pública, através do poder de polícia.

Di Pietro (2003) apresenta, ainda, três outras características do poder de polícia: a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade. A discricionariedade refere-se à margem de liberdade que a lei concede para que os agentes públicos decidam qual o melhor momento de agir, o meio de ação mais adequado e qual das sanções previstas em lei é cabível ao caso. Essa margem de liberdade se faz necessária porque a impossibilidade de prever todas as hipóteses faz com que o legislador não tenha condições de delimitar as ações dos agentes. A auto-executoriedade é a possibilidade de a Administração pública pôr em prática suas decisões sem recorrer ao judiciário. A coercibilidade diz respeito ao uso da força pelos órgãos de segurança pública.

Bayley (2001) conceituou polícia como indivíduos autorizados a regular as relações interpessoais, através da aplicação da força física, dentro do próprio grupo. O autor chama atenção para as três partes essenciais desse conceito, quais sejam, a força física, uso interno e autorização coletiva. O uso interno exclui os exércitos, a autorização os grupos de fora da lei, já o uso da força física é competência exclusiva da polícia. Bayley (2001) complementa dizendo que, embora os policiais não sejam os únicos agentes da sociedade com permissão para controlar o comportamento das pessoas usando a força física, eles não seriam reconhecidos se não tivessem tal autoridade.

A atividade de segurança privada é regulada pela Administração Pública, por meio de legislação específica e do poder de polícia. Diferentemente da segurança pública, a atividade de segurança privada é definida e regulamentada por poucos diplomas legais, o que, de certo modo, simplifica seu estudo e aplicação. A Portaria 387/2006 da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal (DG/DPF) regulamenta a atividade da segurança privada; a Lei 7.102, de 1983, regulamenta a atividade de segurança patrimonial e a Lei 9.017, de 1995, atribui ao Departamento de Polícia Federal a competência e a responsabilidade pela fiscalização da atividade de segurança privada (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 2006).

A Portaria DG/DPF 387 estabelece como atividades de segurança privada: a vigilância patrimonial exercida dentro dos limites dos estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de proteger os bens materiais; o transporte de bens valores mediante a utilização de veículos comuns ou especiais; escolta armada a fim de garantir o transporte de qualquer tipo de carga ou valores, a segurança pessoal para garantir a incolumidade física de pessoas e, finalmente, o curso de formação para preparar, especializar e reciclar os vigilantes (BRASIL, 2007).

O Manual do Vigilante define segurança privada como “[...] uma atividade regulada, autorizada e fiscalizada, em todo território nacional, pela Polícia Federal. É desenvolvida por empresas especializadas em segurança e por empresas que possuem serviço próprio de segurança (orgânicas), com emprego de profissionais devidamente capacitados, denominados vigilantes e com a utilização de barreiras físicas e demais equipamentos destinados a inibir ou impedir atos contra a pessoa e o patrimônio.” (ABCFAV, 2007, p.12). Em suma, a segurança privada se destina a inibir ou impedir atos contra a pessoa e o patrimônio, por meio da atuação profissional do vigilante (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 2006).

Essa definição legal permite que a segurança privada se valha de uma série de artifícios e equipamentos utilizados, também, pela segurança pública, ou seja, instrumentos semelhantes são empregados para alcançar objetivos distintos. Nesse sentido, destaca-se que a diferença entre ambas está no foco e a forma de execução. Enquanto a segurança privada visa à proteção do patrimônio que foi contratada para vigiar, a segurança pública visa o bem coletivo. Deixando claro que, ao manter o foco no público, a segurança pública também protege o patrimônio privado, mas jamais poderá ser contratada para esse fim. Se assim fosse, aqueles que não tem condições de arcar com o ônus não poderiam contar com a proteção do Estado. Assim, a cobrança pela prestação de serviços dessa natureza é prerrogativa apenas da segurança privada (ABCFAV, 2007).

Atualmente, além de barreiras físicas e armamento, a segurança privada conta com uma gigantesca variedade de equipamentos eletrônicos. As tecnologias disponíveis vão de uma simples aferição visual da credencial à complexidade de uma biometria eletrônica, que permite a identificação - positiva ou negativa de pessoas - através leitores óticos que medem determinadas partes do corpo humano e comparam com as informações cadastradas em um banco de dados (ABCFAV, 2007).

No que concerne atuação profissional na segurança privada, a situação da prestadora de serviços e dos seus vigilantes deve estar regularizada junto ao Departamento de Polícia Federal. Nos parâmetros da lei, não existe a figura do vigilante autônomo. Este profissional precisa estar vinculado a uma empresa prestadora de serviços de segurança, ou fazer parte do quadro de funcionários de uma empresa qualquer, desde que esta siga os trâmites legais, providenciando a formação e o registro do vigilante (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 2006).

Ao contratar serviços de segurança privada, o contratante deve ter ciência de que tipo de proteção que está buscando, pois, as exigências legais para habilitação de vigilantes que atuam na área de proteção pessoal são maiores do que as impostas aos vigilantes que apenas prestam serviços de segurança patrimonial. Para prestar serviço de segurança pessoal, o vigilante precisa de um curso específico de capacitação e de, no mínimo, um ano de experiência em atividades de segurança patrimonial ou de valores (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 2006).

A vigilância patrimonial se destina à proteção dos bens e valores dentro dos limites dos estabelecimentos (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 2006). Sendo assim, tudo o que se constituir em patrimônio e se encontre dentro dos referidos limites poderá contar com o serviço de segurança privada. O transporte de valores poderá ou não ser exigido, dependendo da necessidade de se efetuar a transferência destes, ou de algum bem, para outros locais. Obras de arte, por exemplo, requerem uma escolta armada que as proteja durante todo o percurso e tempo de exposição.

Em se tratando da segurança de eventos, ressalta-se que, embora a proteção de bens materiais seja importante, a segurança pessoal é ainda mais relevante, pois ela visa garantir a incolumidade física das pessoas e das autoridades públicas presentes. Além disso, vale lembrar que os eventos promovidos em recintos públicos afetam diretamente a ordem pública, por isso, demandam ações por parte dos órgãos de segurança pública, que se farão presentes em todas as etapas e atividades, não importando se quem promove o evento é uma entidade pública ou privada. O quadro 1 apresenta um comparativo entre os serviços executados pela seguranças pública e privada nos eventos realizados em locais não públicos, Afinal a segurança pública, de forma alguma, impede a atuação da segurança privada.

ATIVIDADE	SEG. PÚBLICA	SEG. PRIVADA
Controle de trânsito no entorno.	X	
Controle de acesso de veículos nas dependências do evento.		X
Controle do acesso de pessoas nas dependências do evento.		X
Guarda e segurança do patrimônio privado		X
Guarda e segurança do patrimônio público	X	
Segurança das pessoas envolvidas com o evento, inclusive do público.		X
Zêlo pela observância das normas de comportamento exigidas pelo evento, ou seja, a conduta dos participantes.		X
Prevenção de crimes e contravenções no entorno.	X	
Prevenção de crimes e contravenções no evento.	X	
Impedir a generalização de tumultos e desordens decorrentes do evento.	X	
Garantia da integridade das pessoas na chegada e na saída do evento.	X	
Atuação em simples desvios de conduta moral		X
Segurança pessoal de autoridades públicas	X	
Segurança pessoal de pessoas que gozam de grande notoriedade pública, mas não são autoridades públicas, conhecidas por celebridades.		X

Quadro 1 - Comparativo entre as atividades de segurança pública e privada em evento promovido em recinto não público.

2.2 SEGURANÇA PÚBLICA NO TURISMO DE EVENTOS

De acordo com Sancho (2001), a complexidade das relações entre os elementos que compõem o conceito de turismo permite que este seja estudado por disciplinas e perspectivas diversas. Molina (1997) corrobora essa idéia ao afirmar que esses conceitos são tão variados quanto as organizações e os escritores que tentam defini-lo. Nesse sentido, Banducci Jr. e Barretto (2001) acrescentam que pesquisadores e profissionais do setor vêm debatendo o tema desde o início do século XX, pois, embora os economistas tenham sido os primeiros a perceber que o dinheiro viaja com as pessoas, o turismo envolve aspectos sociológicos, geográficos e industriais que precisam ser pacificados.

De acordo com Dias (2003), turistas são todos aqueles que visitam um local e permanecem mais de 24 horas, ocupando um alojamento coletivo ou privado por ao menos uma noite. Assim, cabe estabelecer aqui a diferença entre turistas e excursionistas, os primeiros pernoitam no destino, os segundos retornam ao local de origem no mesmo dia. Neste trabalho, utilizar-se-á o conceito da Organização Mundial do Turismo (OMT), para o qual o turismo abrange as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e permanências em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo

consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios ou outros motivos, desde que estes não estejam relacionados ao exercício de uma atividade remunerada a ser desenvolvida no lugar visitado (OMT, 2007).

Segundo Sampaio (2005), o turismo surgiu na antiguidade, quando as comunidades estabeleciam acordos para que uma acolhesse a outra em períodos de festa, ou por quaisquer outras razões que exigissem o deslocamento de seus membros. Na idade média, o trânsito tinha que ser autorizado pelo senhor feudal, que detinha o poder sobre todos aqueles que habitavam e trabalhavam em suas terras, podendo proibir tanto a saída destes, quanto a entrada de visitantes.

No Renascimento, o feudalismo ruiu e surgiram os burgos, ou seja, povoados neutros onde ocorriam os escambos. Nesse período, o surgimento das Cruzadas fez com que a mobilidade entre as comunidades aumentasse, gerando a necessidade de entrepostos comerciais para que os viajantes pudessem comprar provisões para prosseguir em suas viagens. Mais tarde, a Revolução Industrial deu origem às estressantes jornadas de trabalho nas fábricas que, por sua vez, criaram a necessidade de um sistema de lazer que compensasse o desgaste provocado pelas atividades laborais. Surge, então, o estilo de vida utilitarista em que o lazer passa a ser uma forma de premiação para quem trabalha. Conceito este que permanece até a contemporaneidade: quanto mais se trabalha, mais se faz por merecer o lazer.

Atualmente, a OMT (2001) considera o turismo como uma importante indústria em expansão, tanto na procura quanto na oferta de atrações, instalações, serviços, transporte, promoções e informações. Para facilitar a compreensão, Dias (2003) classifica o turismo em três tipos, utilizando um país de referência, quais são:

- Turismo interno ou doméstico - os turistas residem no território econômico que visitam. Ex. aqueles que viajam de um estado ao outro dentro do Brasil.
- Turismo receptivo - os turistas não residem no país de referência. Ex. os cidadãos de outros países que visitam o Brasil.
- Turismo emissor - os turistas residem no país de referência e viajam para o exterior. Ex. um brasileiro que viaja para outro país.

Outra consideração importante a ser feita se refere à motivação que as pessoas têm para viajar. A OMT (2007) apresenta 6 distintas motivações para a visita, tendo como base o motivo principal da viagem. São elas, lazer, recreação e férias; visitas a parentes e amigos; negócios e motivos profissionais; tratamento de saúde; religião, peregrinações e outros

(tradução nossa). No que concerne às motivações relacionadas a negócios e motivos profissionais, Martin (2003) e Dias (2003) citam, entre outras, a participação em reuniões; conferências; seminários ou congressos; feiras comerciais e exposições.

Nesse contexto, segundo Britto e Fontes (2006), o turismo de eventos consiste em um universo amplo e diversificado, que tem a finalidade de planejar e organizar o receptivo, dando uma imagem característica às localidades cujo potencial de interesse reside no fluxo nacional e internacional de negócios. De acordo com Zanella (2003), esse é um dos segmentos que mais cresce na atividade turística. Ainda assim, sua evolução histórica não tem sido muito abordada pela literatura especializada.

Conforme Matias (2003), a primeira alusão à relação entre a sociedade e os espaços de eventos foi registrada na Antiguidade, haja vista que vários palácios gregos já possuíam cômodos destinados a reuniões. Posteriormente, na Idade Média, surgiram universidades que concentravam professores e alunos de diversas localidades; catedrais nas quais a população se reunia e castelos que funcionavam como centro social, atraindo habitantes do feudo e vizinhos para torneios, festins e cerimônias. Matias (2003) acrescenta que, nesse período, as feiras se caracterizavam como uma atividade econômica prática, pois eram realizadas em áreas próximas aos castelos e mosteiros. Talvez estas tenham dado origem às grandes feiras realizadas até hoje

Mais tarde, com o advento da Revolução Industrial, surgiram novas fontes de energia, meios de transporte e comunicação, que melhoraram significativamente as condições de viagem e, por conseqüência, favoreceram a participação em encontros técnicos e científicos. Além disso, o aumento na produção estimulou a realização de eventos para que os produtos pudessem ser expostos e comercializados, dando origem as grandes feiras e exposições mundiais.

Dessa forma, visando atender a eventos de tal grandeza, foram construídos pavilhões para exposições e feiras, sendo que o primeiro deles foi o Palácio de Cristal, edificado em *Hyde Park*, na Inglaterra, no ano de 1851. Posteriormente, os arranha-céus construídos nos Estados Unidos passaram comportar auditórios, salas de reuniões, hotéis e locais para escritórios. Esse ritmo de desenvolvimento foi interrompido pelas guerras mundiais. Depois do conflito, as cidades encontraram nas feiras de grande porte uma forma de restabelecer sua economia.

Por fim, surgiram os centros de convenções que - por abrigar, ao mesmo tempo, eventos técnicos, científicos e feiras comerciais - contribuíram para o reaquecimento do turismo de eventos. Não se sabe ao certo quando surgiu o primeiro centro de convenções do mundo, mas foi na década de 50. No Brasil, o primeiro foi o Palácio de Convenções do Anhembi, cuja construção foi iniciada em 1968; a inauguração se deu em 1970, com o Salão do Automóvel; e o princípio das atividades ocorreu em 1972, com um congresso de dermatologia. Para Matias (2003, p. 268), “as grandes feiras e exposições mundiais foram os eventos que propiciaram o desenvolvimento do turismo de eventos”.

Referindo-se aos primeiros eventos turísticos, Barretto (1995) relata que, em 1841, um vendedor de bíblias chamado Thomas Cook caminhou 15 milhas para participar do encontro da liga contra o alcoolismo, em *Leicester*. Posteriormente, alugou um trem que transportou 570 pessoas para outro encontro em *Loughborough*; em 1846, contratou guias turísticos e levou 800 pessoas de Londres a *Glasgow*, na Escócia; em 1851, organizou a viagem de 165 mil pessoas para visitar uma exposição mundial no Palácio de Cristal. Depois disso, Cook organizou viagens ao Egito, à Terra Santa e, em 1872, uma viagem de 222 dias ao redor do mundo (BARRETO, 1995).

De acordo com a Cartilha de Segmentação do Turismo, o turismo de negócios ou eventos compreende atividades que geram encontros de interesse profissional, associativo e institucional; de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social (BRASIL, 2007). Segundo Zanella (2003), por não depender de condições climáticas, esse tipo de turismo mantém o equilíbrio sazonal durante todo o ano. Além disso, expõe a região à mídia e motiva o turista a retornar com a família e/ou amigos para fazer turismo de lazer, o que o torna singular e vantajoso.

Outro ponto positivo do turismo de eventos é que este independe de atrativos naturais, ele pode ser construído, desde que seja montada uma estrutura adequada para bem atender aos visitantes. Ademais, as atividades desenvolvidas pelo turista de eventos em horários livres permitem a movimentação de outros segmentos da economia, haja vista que, comprovadamente, este gasta mais que os outros segmentos. Em suma, o desenvolvimento dessa atividade pode aumentar o índice de ocupação dos hotéis, a movimentação do comércio e, por consequência, a contratação de mão-de-obra, mesmo da menos qualificada, distribuindo renda e aumentando a receita de região.

Não há uma classificação oficial para os eventos. De acordo com Martin (2003), estes podem ser agrupados conforme os objetivos de um estudo, pesquisa, ou trabalho. Nesse sentido, destaca-se que, na Câmara dos Deputados, está tramitando um Projeto de Lei que pretende estabelecer um regime tributário especial para feiras, exposições, convenções, congressos e atividades internacionais congêneres, organizadas no País (BRASIL, 2006). Infere-se que este Projeto de Lei possa conferir uma classificação oficial aos eventos, pois os organizadores terão que adequá-los à nomenclatura proposta para poderem gozar dos benefícios fiscais. Informalmente, Britto e Fontes (2002) dividem os eventos por:

- Categorias: institucionais; promocionais ou mercadológicos.
- Áreas de interesse: artístico; científico; cultural; educativo; cívico; político; governamental; empresarial; lazer; social; desportivo; religioso; beneficente; turístico.
- Localização: locais (bairros); distritais; municipais; regionais; estaduais; nacionais; internacionais.
- Características estruturais:
 - porte: pequeno (até 200 participantes), médio (entre 200 e 500 participantes) e grande (mais de 500 participantes);
 - data de realização: fixo, móvel ou esporádico; e
 - perfil dos participantes: geral, dirigido e específico.
- Tipologia:
 - programas de visitas: *famtour*, *openday*;
 - exposições: feiras, exposições, *road-shows*, *show case*, mostras, salões; *vernissages*;
 - encontros técnicos e científicos: congressos, conferências, videoconferências, ciclos de palestras, simpósios, mesas-redondas, painéis, fóruns, convenções, seminários, debates, *conclaves*, *brainstormings*, semanas, jornadas, concentrações, entrevistas coletivas, *workshops*, oficinas, assembleias, estudos de caso, comícios, passeatas, carreatas;
 - encontros de convivência: saraus, coquetéis, *happy-hours*, chás da tarde, chás-de-bebê, chás-de-cozinha, chás beneficentes, chás-bar, almoços, jantares, banquetes, cafés da manhã, *brunches*, *coffee-breaks*, encontros culturais, shows, festivais;

- cerimônias: religiosas, fúnebres, casamentos, bodas, de posse, acadêmicas (formatura, outorga de títulos, aula magna);
- eventos competitivos: concursos, gincanas, torneios, campeonatos, olimpíadas;
- inaugurações: espaços físicos monumentos (históricos e homenageativos);
- lançamentos: de pedra fundamental, livros, empreendimentos imobiliários, maquetes, produtos, serviços;
- excursões: técnicas, de incentivo, educacionais;
- desfiles: desfiles cívicos, desfiles de moda;
- leilões: variados;
- dias específicos: variados; e
- outros: variados.

Zanella (2003), por sua vez, afirma que os eventos podem ser classificados conforme sua natureza, fato gerador, objetivos, qualificação ou nível dos participantes, amplitude, área, local etc. Mas de forma ampla, o autor os agrupa em comerciais, políticos, sociais, esportivos, gastronômicos, culturais, técnicos, turísticos etc. Dentro dessa classificação, cada segmento apresenta eventos específicos, tais como:

- comerciais: convenção, *workshop*, mostra, leilão, feira, exposição, desfile, encontro, reunião etc.;
- culturais: congresso, seminário, simpósio, conferência, curso, palestra, mesa-redonda, painel, fórum etc.;
- sociais: recepção, baile, casamento, formatura, *garden party*, aniversário, passeio, etc.;
- artístico/culturais: desfile, festival, concerto, show, amostra, exposição etc.;
- gastronômicos: banquete, coquetel, festival etc.;
- esportivos: competição, remate, excursão, premiação;
- políticos: debate, reunião, palestra, homenagem, convenção;
- históricos: aniversário, inauguração, comemoração, desfile etc.;
- religiosos: encontros, *conclave*, festa, concílio, cerimonial; e
- científicos ou técnicos: congresso, seminário, palestra etc.

Zanella (2003), ainda, lista os eventos que considera mais importantes, quais são: banquete/jantar de gala; concurso/competição; conferência; congresso; convenção; coquetel; debate; desfile; feiras e exposições; fórum; *garden party*; jornada de trabalho/encontro técnico; mesa-redonda; painel; palestra; reunião; rodada de negócios/encontro empresarial; seminário; simpósio; *workshop* e eventos culturais.

Observa-se que há similaridades entre as classificações e que um único evento pode se enquadrar em uma ou mais categorias. Um acontecimento esportivo, por exemplo, pode ser também um macroevento com abrangência mundial. Neste estudo, optou-se pela classificação proposta por Martin (2003), que agrupa os eventos por/para/pelo:

- abrangência: mundiais, internacionais, latino-americanos, brasileiros, regionais ou municipais;
- competição: esportivo, cultural, artístico etc.;
- demonstração ou exposição: desfiles, inaugurações, exposições, leilões, *shows*, noite de autógrafos;
- data ou frequência: permanentes, esporádicos, únicos, de oportunidade;
- categoria e função estratégica: público, privado;
- dimensão: macroevento, de grande porte, de médio porte, de pequeno porte;
- objetivo ou área de interesse: artístico, assistencial, científico, cívico, cultural, desportivo, divulgação, ecoturismo, educativo, empresarial, exposição, filantrópico, folclórico, gastronômico, governamental, incentivo, informativo, institucional, político, promocional, religioso, social, técnico, turismo/lazer;
- perfil dos participantes: geral, dirigido, específico ou especializado; e
- tipo de adesão: fechado, aberto.

Alguns autores, principalmente os voltados à sociologia do turismo, vêm alertando para os impactos negativos que a ação dos turistas pode causar sobre a região de destino, levando os residentes a sentirem rancor por se perceberem excluídos dos benefícios que o turismo poderia proporcionar (KRIPPENDORF, 2000). Nesse sentido, Cruz (2000) alerta para o mito de desenvolvimento fundamentado em confusões conceituais, relacionadas à prosperidade econômica e distribuição de renda, contidas nos discursos ideológicos de atores hegemônicos, diretamente beneficiados pela atividade turística. Bacal e Miranda (2002) afirmam que, na atualidade, os estudiosos demonstram sérias preocupações quanto dois

aspectos relacionados à implantação e desenvolvimento da atividade turística: as mutações socioculturais devido à introdução de novos valores e as conseqüências do crescimento célere e desordenado em regiões com a economia embasada no setor primário.

Para melhor compreender os impactos do turismo, é essencial conhecer o conflito entre visitantes e residentes, pois, conforme Krippendorf (2000), a liberdade e o prazer de um se pauta no fardo e no trabalho do outro, o dinheiro de um é o pão do outro. Isso, de certa forma, explica porque os residentes que trabalham com o turismo, muitas vezes, se interessam mais pelo aspecto financeiro do que pelo aspecto humano do turista. Nas palavras de Lucas e La Cueva (2003, p. 210) “*uno de los factores sobre los que se basa el êxito de un destino se encuentra en la razón de que los turistas provoquem los menores problemas sobre dicho lugar*”. Beni (2001, p. 39) destaca que o turismo pode provocar alguns prejuízos ao meio visitado, dentre os quais:

a degradação e destruição de recursos naturais; a perda da autenticidade da cultura local; descrição estereotipada e falsa do turista e do país ou região de que procede, por falta de informação adequada; ausência de perspectivas para aqueles grupos da população local das áreas de destinação turística, que não obtêm benefícios diretos das visitas dos turistas ou do próprio Sistema de Turismo da Localidade; aparecimento de fenômenos de disfunção social na família, patologia no processo de socialização, desintegração da comunidade e dependência do capital estrangeiro ou de estereótipos existentes em face do Turismo.

Se por um lado o turista de negócios tende a fazer mais viagens em um ano do que o turista de lazer, por outro, a sua estadia requer maior infra-estrutura por parte do destino, pois, segundo Swarbrooke (2000), esse tipo de visitante geralmente tem maior poder aquisitivo e é mais consumista, atraindo assaltantes, contrabandistas, jogadores profissionais, prostitutas, traficantes de drogas e demais praticantes de atividades criminosas que, fatalmente, causarão um impacto social negativo sobre a destinação. É possível se ter uma dimensão da gravidade desse impacto, observando os efeitos da *Oktoberfest* sobre a cidade de Blumenau. De acordo com Santos (2003), a tolerância das autoridades e da comunidade em relação ao consumo desmedido de bebida alcoólica durante a festa, permite que os festeiros alcoolizados desrespeitam os preceitos morais estabelecidos para vida em sociedade.

Nesse sentido, Archer e Cooper (2002) afirmam que, além dos valores e padrões de comportamento dos residentes e turistas serem distintos, o último tende a tomar atitudes ousadas quando se vê livre das convenções e restrições impostas em seu local de origem, muitas vezes, envolvendo-se com prostituição, drogas, jogo e até vandalismo. Ademais, na condição de estranhos, os turistas tornam-se vulneráveis a roubos, golpes e outros crimes

perpetrados por membros da comunidade local. Nesse ínterim, Barbosa (2004) alerta que, salvo raras exceções, o turista não viaja para conhecer problemas de outras cidades, ou seja, a maioria não deseja fazer turismo em espaços atribulados socialmente, com ação constante de grupos terroristas ou forte atuação do crime. Analisando problemas como os supracitados, Barretto (1995) recorda que, na década de 70, toda literatura de turismo – a maior parte produzida por economistas – procurava demonstrar os efeitos benéficos do turismo para a comunidade. Tais benefícios, no entanto, raramente se têm feito presentes nos países do terceiro mundo.

Para Bornhofen e Dreher (2007), tudo o que uma sociedade é, ou aparenta ser, pode ser considerado atrativo, ou não, dependendo se está de acordo ou em desacordo com os padrões estabelecidos, muitas vezes, em locais distantes. A urbanização acelerada e a falta de recursos, por exemplo, têm sido fatores determinantes para a degradação de ambientes e paisagens de países pobres, nos quais a precariedade do saneamento básico e a sujeira espalhada no espaço público causam repulsa aos turistas.

Nesses países, a miséria leva ao aumento da violência urbana e não se pode negligenciar que espaços urbanos são também espaços turísticos, representando, conforme Cruz (2001), a quase-totalidade dos fluxos turísticos mundiais, exceto no turismo de aventura, ecológico, rural e demais modalidades que buscam áreas pouco ou nada urbanizadas. Portanto, o grau de urbanização de determinada localidade tem relação direta com as possibilidades de desenvolvimento da modalidade de turismo de massa em seu território.

Segundo Gollo (2004), a resolução de tais problemas passa pela organização de ações de incentivo ao turismo e pelo estabelecimento de parcerias comunitárias, que envolvam as iniciativas pública e privada. Para o autor, a adoção de programas e planos de iniciativa governamental, seguida por ações concretas, produz reflexos imediatos na cadeia produtiva. Gollo (2004) acrescenta ainda que os agentes privados do sistema não devem assumir uma postura cômoda e reativa. Molina (2003) sugere uma postura pró-ativa, na qual cada um cumpra com sua parte, através de parcerias que envolvam a cooperação entre o governo e empresas do setor. Em suma, a parceria entre os setores público e privado parece ser a melhor maneira de se trabalhar para a construção de um espaço turístico atraente. Não se pode desconsiderar, no entanto, que esse esforço conjunto só gerará bons frutos se for pautado na prevenção, pois não será possível obter sucesso se atos violentos de qualquer natureza se abaterem sobre os turistas e residentes.

A OMT (2001) recomenda que o poder público se empenhe em proporcionar o máximo possível de bem estar aos cidadãos, independentemente, dos regimes políticos e das estruturas econômicas, políticas e sociais. Esse bem estar está diretamente relacionado à segurança que, para Carvalho (2001, p. 31), “é uma condição básica para quem viaja e, claro, para todos os que gostam de viver tranquilos e satisfeitos na própria cidade.” Nessa perspectiva, vale destacar que a segurança necessária ao turista, obrigatoriamente, perpassa pela proporcionada ao morador local que, sentindo-se confiante, passará tranquilidade ao visitante.

Segundo Petrocchi (1998), um programa de planejamento urbano-turístico para expansão e melhoria da oferta física envolve: estratégias para ocupação territorial; planejamento urbano para o turismo; modelos, parâmetros e diretrizes para a ocupação territorial; modernização e diversificação da oferta turística; aperfeiçoamento das infra-estruturas viárias e dos transportes; melhoria do meio urbano existente e aprimoramento dos serviços públicos fundamentais para a qualidade de vida.

Nesse contexto, o sistema turístico deve priorizar: o recolhimento e eliminação dos resíduos sólidos (lixo); o abastecimento de água; a eliminação da poluição dos recursos hídricos; a limpeza das vias públicas; a manutenção e segurança nas rodovias do sistema turístico; o abastecimento de energia elétrica; a conservação da iluminação pública; o acesso a redes telefônicas, os serviços de transporte público, principalmente táxis; o serviço de salvavidas e limpeza das praias; a segurança pública; a eficiência do sistema de saúde, a contenção de incidências de insetos; a regulamentação da oferta e, por fim, a captação de investimentos.

No que diz respeito à segurança pública, é fundamental que, ao visitar determinada cidade ou evento, o turista depreenda com um cenário que o convença de que ali há interação entre o setor turístico e os órgãos de segurança pública. Não se pretende aqui, aferir o grau dessa interação, o importante é que ela exista, afinal, a segurança está dentre os fatores determinantes para que um turista opte, ou não, por determinado destino; juntamente com a hospitalidade, o diferencial de atrativos (MOLETTA; GARCIA, 2000). Além desses fatores, Barretto (1995) menciona: infra-estrutura, telecomunicações, transporte, condições sanitárias; distância entre núcleo emissor e núcleo receptor e uma política de preços que evite a exploração do turista.

Ao comparar as listas de atrativos ou fatores que, na opinião dos autores, influenciam a opção do turista por determinado destino, constata-se que eles convergem para tranquilidade, salubridade e segurança pública, que juntas compõem a chamada ordem

pública. Grunewald (2003) recomenda que esses três grupos sejam considerados em onze dimensões:

- Grupo 1 - tranqüilidade pública: segurança social, segurança informativa, segurança viária e de transportes, segurança econômica;
- Grupo 2 - salubridade pública: segurança médica, segurança ambiental; e
- Grupo 3 - segurança pública: segurança pública em sí, segurança contra incêndios, segurança contra terrorismo, segurança na recreação e em eventos e segurança dos serviços turísticos.

Para Barreto (1995), os fatores que contribuíram para desenvolvimento do turismo nas cidades européias do século XIX foram: a segurança propiciada pelo estabelecimento de polícia regular; a salubridade alcançada pelo tratamento das águas e a instalação de esgotos que minimizaram o risco de cólera e tifo.

Esta pesquisa toma como referência a linha de orientação do manual *Seguridad en Turismo - medidas practicas para los destinos* elaborado OMT (1997), que visa orientar os governos e órgãos responsáveis pela segurança pública do turismo de eventos. Segundo esse documento, um plano de segurança pública para o turismo deve contemplar ações de órgãos federais, estaduais e da Policia Militar.

Nessa linha, de acordo com a OMT (1997), cabe ao governo federal: a liderança por meio da criação de um conselho nacional de turismo (CNT) e da elaboração da política nacional de segurança para o turismo. O CNT deve trabalhar em parceria com órgãos públicos e organizações privadas interessadas no desenvolvimento turístico, relacionando-se com a coletividade; representantes da indústria do turismo e meios de comunicação. Ao CNT cabe organizar e convocar reuniões, coordenar as atividades do conselho, buscar fundos quando necessário, produzir e avaliar informes, preparar recomendações e supervisionar sua aplicação.

Também é responsabilidade do CNT a instauração de um Comitê Nacional de Segurança no Turismo (CNST), que poderá ser composto por representantes do próprio CNT, da Polícia Federal, da Imigração, do Poder Judiciário, da Receita Federal, do Ministério dos Transportes, do Ministério da Saúde, do Ministério das Relações Exteriores, da Defesa Civil, das companhias aéreas, dos hotéis, das operadoras de turismo, dos agentes de viagens e órgãos de defesa do consumidor.

Compete ao Governo Federal, através da CNST, elaborar uma declaração de princípios, fins e objetivos da segurança ao turista; estabelecer diretrizes claras, que definam a responsabilidade dos órgãos na execução de cada ponto da política nacional de segurança ao turista; intermediar um acordo para distribuição dos recursos disponibilizados para o cumprimento dos objetivos da política nacional de segurança ao turista. Cabe, ainda, a esse Conselho, a elaboração de um plano nacional de segurança que contemple ações no sentido de: definir riscos turísticos potenciais conforme tipos de viagens, locais e setores do turismo afetados; detectar prevenir delitos contra turistas; proteger os turistas e residentes contra o tráfico de drogas; proteger locais e instalações turísticas contra atos ilícitos; estabelecer diretrizes para os operadores de instalações turísticas em caso de atos ilícitos; definir níveis de responsabilidade para tratamento com a imprensa e outros meios de comunicação, nacionais e internacionais; fornecer informações para a indústria do turismo internacional sobre os problemas de segurança; organizar um grupo de gerenciamento de crises para o caso de catástrofes naturais ou outros tipos de emergência; implantar normas e práticas de segurança contra incêndios, atos ilícitos e questões sanitárias em estabelecimentos turísticos; estudar aspectos de segurança na concessão de licenças para os estabelecimentos de hospedagem, restaurantes, táxis e guias turísticos; fornecer documentação e informações adequadas sobre segurança na entrada e saída na de turistas; elaborar uma política nacional que trate da saúde do turista, incluindo, um sistema de notificações; criar um seguro turístico e de assistência durante as viagens e, por fim, calcular, analisar e difundir estatísticas confiáveis sobre delitos contra turistas.

Acredita-se que, para facilitar a execução desse plano de segurança, seria necessário criar um banco de dados com programas pilotos, práticas úteis e informações confiáveis sobre delitos cometidos contra turistas e a elucidação dos mesmos. Além disso, infere-se que este plano deveria oferecer suporte para que as destinações instituíssem conselhos comunitários de segurança em turismo. Nesse contexto, destaca-se que um plano de segurança para o turismo requer a análise de riscos associados a quatro fontes: o entorno humano e institucional externo ao setor de turismo, o setor de turismo e os setores conexos, o viajante individual e os riscos físicos e ambientais.

Os riscos associados ao entorno humano institucional se apresentam quando o turista é vítima de delinqüências comuns, como furtos e agressões; de violência indiscriminada; do crime organizado; do terrorismo; de guerras e conflitos sociais; falha da proteção pública e institucional.

Os riscos associados ao setor do turismo e conexos (esportes, comércio e outros) ocorrem quando há falhas nos sistemas de segurança dos estabelecimentos turísticos, tais como, incêndios; falhas de construção; descumprimento de normas sanitárias e ambientais; ausência de proteção contra o crime, fraudes comerciais, descumprimento de contratos e greves.

Os riscos associados ao viajante individual se fazem presentes quando o turista comete excessos em atividades desportivas e recreativas; conduz veículos de maneira imprópria e perigosa; exagera no consumo de bebidas alcoólicas; porta doenças que se manifestam ou agravam-se no decorrer da viagem, às vezes, contaminando residentes; comporta-se de forma inadequada com relação aos residentes e às leis locais; comete atos ilícitos como tráfico de drogas; visita locais considerados perigosos e, por descuido, perde objetos e documentos pessoais.

Os riscos associados a fatores físicos e ambientais se manifestam quando o turista não conhece as características naturais do destino e seus efeitos, em especial, da flora e da fauna; não adota medidas sanitárias e médicas prévias, como a aplicação de vacinas; deixa de observar os cuidados básicos com relação às questões alimentares e de higiene; fica exposto a situações de emergências como, por exemplo, catástrofes naturais e epidemias.

No início do turismo de massa, por questões de prudência, evitava-se tratar de questões de segurança, mas isso pertence ao passado. Hoje, o governo federal, através do CNT, deve manter profissionais preparados para lidar com órgãos de comunicação de forma preventiva, ou seja, as informações devem ser repassadas à imprensa e às operadoras, para que o turista tome conhecimento das ocorrências há tempo de tomar decisões. Por isso, o trato do CNT para com a imprensa deve ser rápido, sincero e realista. Um bom plano de emergências permite que o destino se recupere rapidamente, caso algo ocorra.

Outro ponto a ser considerado pelo Governo Federal diz respeito à elaboração e regulamentação de leis e voltadas à segurança de turistas. Esse processo requer a participação de juízes, promotores, policiais, advogados e representantes do setor de turismo, o quais se disponham a avaliar o sistema legal existente, estabelecendo comparações entre os problemas detectados no turismo e as soluções legais disponíveis.

Também cabe ao Governo Federal desenvolver ações de prevenção ao crime organizado e ao terrorismo. Vale ressaltar que este tipo de crime está entre os que mais influenciam a opção do turista pelo destino. Nesse sentido, A OMT chama atenção para o fato

de que, embora o turista aceite e conviva com determinados riscos em seu local de origem, ele jamais irá aceitá-los em outros lugares. Tanto, que, em geral, os meios de comunicação dão destaque a problemas graves que envolvem turistas. Os residentes do destino tendem ver essa cobertura como injusta e exagerada, mas devem estar preparados para lidar essa dinâmica. É preciso levar em conta que algumas facções do crime organizado e alguns grupos terroristas atacam grupos de turistas, justamente, por ter ciência dos prejuízos financeiros e morais que um ato desses pode causar ao país ou região. Por isso, a maneira mais eficaz de combater esse tipo de ação é a prevenção e não o combate direto. Em outras palavras, as autoridades do turismo devem: criar mecanismos legais de proteção e assistência aos turistas, obrigando os setores do turismo a adotarem práticas de segurança e proteção ao turista; abastecer os setores do turismo com informações que permitam ter uma dimensão real dos perigos que podem afetar o turismo e o turista; criar um plano de comunicação que aborde o terrorismo e o crime organizado, de forma que a mídia esteja sempre atualizada.

O Governo Federal é responsável ainda pelo combate ao tráfico de drogas, que prejudica tanto ao turista quanto ao residente. O combate a esse tipo de atividade, no entanto, só será bem sucedido se os setores governamentais reunirem forças com a iniciativa privada. Assim, um programa de combate ao tráfico de drogas junto ao turismo - gerenciado pelo CNT - deverá contemplar: ações de prevenção da exposição do turista às ações dos traficantes; aumento da presença policial nos locais turísticos; fornecimento de informações ao turista com relação às sanções legais do local no que se refere à posse, consumo e comércio de drogas, inclusive, com relação a alguns tipos de medicamentos; programas educacionais nos centros de formação dos profissionais do turismo; medidas educativas e desencorajadoras para os profissionais do turismo que possam vir a se envolver com o tráfico de drogas e proteção policial para os transportes turísticos, a fim de evitar a ação de traficantes.

Por fim, cabe ao governo federal, primar pelo da saúde do turista que, ao viajar, aumenta sua predisposição a doenças devido à: mudança na alimentação, qualidade da água, epidemias, acidentes de trânsito ou de atividades a que não esteja habituado. Por isso, é essencial que o pessoal ligado ao setor do turismo esteja habilitado a repassar informações aos turistas, as autoridades e os profissionais de saúde estejam preparados para prestar auxílio ao visitante em caso de doença ou incidentes; o setor turístico disponibilize folhetos com informações sanitárias e demais elementos que possam prevenir quanto a problemas locais.

A OMT também fornece uma série orientações para os governos e comunidades locais. Considerando que as comunidades locais são as que mais se beneficiam e mais sofrem

com os impactos positivos e negativos do turismo, a orientação inicial da OMT sugere a criação de redes locais, que contribuam para que se estabeleça um sentimento de solidariedade entre os residentes e visitantes. Essa rede deverá tratar basicamente dos seguintes assuntos: problemas locais de segurança no turismo; tipos e fontes de informações disponíveis para que os integrantes da rede possam ter uma idéia objetiva dos problemas de segurança; responsabilidade comum frente aos problemas; medidas atuais e futuras; problemas que devem ser tratados em nível local e nacional; problemas de comunicação com os visitantes, tais como: sinalização turística; plano de gestão com os meios de comunicação e relações com outros tipos de redes.

Quanto ao relacionamento das autoridades locais para com os meios de comunicação, as orientações são as mesmas dadas ao governo federal. No que concerne à melhoria da proteção local aos turistas, a OMT recomenda que haja coordenação constante entre as ações dos atores do turismo e policiais, bem como cursos de formação continuada para os membros de ambos os setores. Outro aspecto a ser observado é a prevenção a incêndios, afinal, um incidente dessa natureza põe em risco a vida do turista e gera repercussão negativa para o destino em questão. Saúde, saneamento e condições sanitárias dos alimentos são pontos que também devem ter atenção especial por parte das autoridades locais. O turista deve ser informado sobre possíveis desconfortos que pratos típicos possam causar e telefones de serviços de saúde 24 horas. Nesse sentido, vale salientar que os serviços e telefones de emergência são essenciais, pois, caso o turista sofra um acidente durante a permanência, os efeitos nocivos serão minimizados de houver pronto atendimento. Outro ponto a ser destacado é a implantação de um serviço de proteção ao consumidor, que atenda a reclamações dos turistas de forma eficaz, de preferência antes que ele deixe o a destino.

As autoridades locais precisam, ainda, elaborar planos de contingência para catástrofes naturais e outras situações de emergência. Esses planos devem conter a avaliação de risco e traçar linhas de ação para antes e depois das ocorrências. Além disso, é preciso implementar um seguro de assistência durante as viagens e informar os turistas sobre a abrangência da cobertura. Destaca-se que já existem muitos seguros que o turista contrata para suprir deficiências do serviço público. Os responsáveis pelo setor turístico também devem levar em conta as necessidades dos turistas que precisam de atenção especial, quer seja pela idade avançada, quer seja por serem portadores de alguma necessidade especial. Afinal, com o envelhecimento da população, principalmente, dos países emissores, o número de turistas da terceira idade tende a aumentar.

Outra questão relevante a ser tratada pela administração local é a comunicação com os visitantes. A grande maioria dos turistas internacionais não fala o idioma e não conhece a cultura do local de destino, gerando falhas de comunicação que podem deixar os turistas mais suscetíveis a problemas de segurança. Para minimizar tais dificuldades, é interessante que o setor turístico disponibilize intérpretes e formulários em vários idiomas, de modo que estes possam ser preenchidos pelos turistas. As autoridades locais devem se ater ainda aos problemas relacionados à sinalização pública que, por sua vez, deve seguir o padrão internacional, normalizado pela ISO, para facilitar o entendimento do turista.

O setor turístico local também precisa estar atento aos efeitos que o turismo acarreta para a comunidade, pois a atividade turística depende do apoio dos residentes para desenvolver, e a segurança é uma das áreas que mais pode comprometer esse apoio. A relação entre residentes e visitantes, sejam estes nacionais ou estrangeiros, se desenrolam de muitas maneiras diferentes e, como quaisquer outras, estão sujeitas à empatia, à antipatia e ao conflito. Além disso, é possível que algumas pessoas que trabalham no setor turístico se valham de determinadas situações para explorar o comércio de drogas e o turismo sexual. Outras questões a serem consideradas são: os confrontos entre os centros turísticos e as comunidades pobres; o rápido crescimento de centros turísticos em zonas residenciais anteriormente tranqüilas e a falta de informações sobre a diversidade cultural, que pode ameaçar os costumes, a religião e a identidade da destinação turística.

As autoridades locais precisam cuidar ainda de práticas perigosas - por parte de visitantes - que possam pôr em risco a segurança dos residentes. Dentre estas, a inobservância das leis locais; o tráfico de drogas; a prostituição importada; o turismo sexual, principalmente, o infantil; o roubo de artigos culturais, plantas, animais raros e demais delitos desta natureza. Não se pode permitir que os residentes chamem para si a responsabilidade para a solução de tais problemas. Tão logo eles ocorram, o conselho local de turismo deve iniciar debates em busca de uma rápida solução.

No que concerne à organização dos eventos, várias etapas devem ser consideradas. Estas fases são denominadas de forma diversificada pelos autores brasileiros. Por isso, este trabalho adota a nomenclatura apresentada por Martin (2003), para quem todo evento - independentemente do tipo, abrangência, tamanho e objetivo - passa por três fases: pré-evento, evento e pós-evento. Segundo Bornhofen e Dreher (2007), a segurança pública deveria estar presente em cada uma dessas fases.

No pré-evento, os órgãos de segurança pública devem ser contatados para, se for o caso, obter os respectivos alvarás e solicitar a presença do policiamento ostensivo. Nessa fase, a Polícia Militar pode elaborar o planejamento, que consiste, entre outras coisas, em determinar a quantidade necessária de efetivo policial, a forma de emprego desse efetivo e os meios materiais necessários, que envolvem viaturas, alimentação, combustível, equipamentos individuais e de proteção. Por isso, é necessário o fornecimento de dados importantes, tais como, o público previsto, a área que será ocupada pelo evento, a presença de autoridades públicas, o horário de funcionamento, a contratação ou não de segurança privada, que pode variar de acordo com cada tipo de evento. Nesse cenário, o organizador deve estar preparado para, se for o caso, atender, a exigências legais que podem surgir durante a vistoria do local por parte da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Esse é um momento importante para a aproximação entre os profissionais do turismo e os dirigentes da segurança pública local.

Na fase evento, a Polícia Militar executa o policiamento ostensivo pré-planejado. Nesse período, é importante que o organizador acompanhe o serviço, para verificar se este está atendendo às expectativas, ou seja, se a segurança pública está sendo desenvolvida de forma efetiva, eficiente e eficaz. Esse desempenho pode ser mensurado pela ausência de fatos que necessitem repressão direta por parte da PM. Se isso ocorrer, significa que a prevenção de fato aconteceu (BORNHOFEN; DREHER, 2007).

Na ultima fase, o pós-evento, é a hora do “acerto de contas”, ou seja, é quando o organizador tem a oportunidade de dar e receber um retorno. Agora, se define se tudo ocorreu da forma esperada, se o planejamento do policiamento atendeu, ou não, às expectativas. Em outras palavras, se faz um levantamento das situações que, eventualmente, exigiram atuação repressiva por parte da polícia, porque ocorreram, se eram previsíveis, se houve falha na formulação ou na execução do plano de policiamento preventivo. Há casos de acerto, em que situações de quebra da normalidade são previstas no planejamento e cabe ao policiamento a tarefa de minimizá-las (BORNHOFEN; DREHER, 2007).

É importante ressaltar que, além da segurança pública, o turismo de eventos conta também com a segurança privada. Para Nichols (1989), na medida em que os eventos se proliferam e crescem, cresce também a necessidade de uma segurança efetiva. Afinal o aumento do porte dos eventos faz com que haja mais crachás a se monitorar nas portas das sessões e mais dinheiro a se proteger. Por isso, segundo Meirelles (1999), a implantação de um sistema de segurança é essencial a qualquer tipo de evento. Esse sistema abrange, conforme a autora, a Polícia Civil (investigativa), a Polícia Militar (ostensiva) e uma empresa

especializada (próprio evento). Meirelles (1999) acrescenta que dentre os serviços que integram o sistema de segurança de um evento estão as seguranças: do evento, individual, de estacionamento, de trânsito, de gala e contra fogo. Nesse sistema, é possível identificar ações de segurança privada e pública.

Já Beni (2001) define o sistema de segurança como um conjunto de serviços que visam proporcionar - à sociedade e a cada indivíduo - o maior grau possível de garantia sob os aspectos: físico, político, econômico, social, cultural, moral e recreativo. Para o autor, esse sistema é integrado pelas delegacias de polícia, postos de polícia rodoviária, corpo de bombeiros e postos de salvamento, também conhecidos como salva-vidas. Observa-se que a definição de Beni (2001) não contempla a Polícia Militar como integrante do sistema de segurança na infra-estrutura turística.

Essas definições contemplam quase todas as situações que envolvem a segurança de um evento, faltando apenas a alusão aos cursos de formação, exigidos por lei, para que a empresa e os vigilantes possam habilitar-se para executar determinadas atividades de segurança privada, como a segurança pessoal e o transporte de valores, por exemplo. (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 2006).

2.3 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE EVENTOS E A REGIÃO DA AMMVI

Desenvolvimento é um conceito utilizado nos mais diferentes contextos, não havendo preocupações aparentes quanto à exatidão de sua concepção. A palavra desenvolvimento, no entanto, pode ser associada a segmentos diversificados, tais como, o econômico, o humano, o tecnológico, o social e muitos outros (SIEDENBERG, 2003). Para Boisier (2006), o conceito de desenvolvimento se encontra em fase de transição, migrando da antiga concepção, ligada ao desenvolvimento econômico, para uma nova, associada mais às atitudes do que às conquistas materiais. Nessa linha, o desenvolvimento econômico se justifica quando serve de alavanca para os demais. O autor acrescenta que a idéia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo que predomina na época atual, a partir da qual o homem é visto como um fator de transformação. Transformação esta que se dá tanto no contexto social e ecológico, quanto no interior do próprio homem.

Fischer (2002) menciona o desenvolvimento orientado para a competição e o desenvolvimento orientado para a cooperação e solidariedade. Ao passo que primeiro conduz o indivíduo ao desenvolvimento econômico, o segundo o direciona para questões sociais.

Mas, um não exclui a outro, ao contrário, se complementam. Para Wolfe (1991), a idéia de desenvolvimento está ligada a uma trindade, pois, há pouco tempo, falava-se em três mundos de desenvolvimento: o capitalista; o socialista e o terceiro mundo. Hoje, fala-se em caminho de mercado, caminho de estado e caminho da sociedade civil. Para o autor, no momento, a preocupação da sociedade está mais voltada a questões sociais do que à economia e à política.

Dessa forma, a inclusão da sociedade civil no processo de desenvolvimento perpassa pela importância que esta confere às questões sociais, haja vista que o desenvolvimento requer equilíbrio entre os avanços econômicos e a influência destes sobre o meio social. Nesse contexto, o processo de desenvolvimento pode ser ordenado por territórios e regiões. Klink (2001) aponta três mudanças fundamentais no processo das transformações econômica e social no mundo. A primeira se refere a uma crescente parcela das atividades econômicas ocorridas em redes transnacionais, cuja origem é difícil de traçar; a segunda diz respeito ao Estado nacional, que tem sua capacidade de regulação reduzida em detrimento do nível supranacional e local/regional; a terceira se relaciona ao ressurgimento de formas de organização econômica e política no nível regional, principalmente, nas maiores cidades ou regiões. O autor salienta que os governos locais variam os serviços públicos e os impostos de acordo com as preferências dos habitantes. Quando são bem-sucedidos, o local se torna um pólo de atração para pessoas e investimentos.

Helmsing (2002) argumenta que, devido ao aumento da complexidade econômica, as empresas não sobrevivem apenas da própria capacidade, elas dependem de outras organizações que lhe fornecem insumos, prestam serviços ou servem de fonte de aprendizagem e inovação. Para o autor “Os sistemas, em regiões que têm uma capacidade maior de enfrentar esses problemas, contam com maiores vantagens para adaptarem-se com tempo, e isto pode mantê-las em uma trajetória de crescimento.” (HELMSING, 2002, p. 17).

Com relação à conceituação de região, Dallabrida (2006) afirma que são muitos os sentidos a ela atribuídos. Na linguagem cotidiana, região está relacionada à localização, à extensão, a um fato ou fenômeno. Assim, o termo pode designar uma região pobre, montanhosa etc. Outro sentido está relacionado à unidade administrativa. De acordo com Lencioni (2003, apud Dallabrida, 2006), a região é sempre concebida como parte de um todo, um recorte espacial relacionado à problemática da diferença, embora, cada vez mais, o mundo se apresente como homogêneo.

Administrativamente, o território brasileiro se encontra dividido em cinco regiões. Ao abordar as análises da economia regional brasileiras, Diniz (2001) destaca a regionalização elaborada por Guimarães e oficialmente adotada pelo governo, a qual dividiu o país em cinco macro-regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste, bem como as

subseqüentes regionalizações delimitadas pelo IBGE, que vêm servindo de base para as análises econômicas regionais.

De acordo com Marcon e Marques (2001), o Estado de Santa Catarina apresenta, atualmente, quatro tipos de divisões regionais com limites não coincidentes. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divide o Estado em seis mesorregiões e vinte microrregiões (IBGE, 2007). O Governo do Estado, desde 1987, o divide geograficamente em 24 microrregiões polarizadas. As associações de municípios, por sua vez, organizam-se em 21 microrregiões. Em novembro de 1998, o Governo do Estado criou as regiões hidrográficas.

Recentemente, com o advento da Lei Complementar 284, de 28 de fevereiro de 2005, ordenou-se a Estrutura Organizacional da Administração Pública em dois níveis, ou seja, um Setorial e ou outro de Desenvolvimento Regional. Assim, a Administração está organizada em trinta Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, organizadas em dois grupos. O primeiro grupo é classificado como Mesorregional e compreende as seguintes Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional: Blumenau, Chapecó, Itajaí, Criciúma, Lages, Joaçaba, Joinville e Grande Florianópolis. O segundo grupo é classificado como Microrregional e compreende as seguintes Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional: Maravilha, Campos Novos, Videira, Caçador, Curitibanos, Ituporanga, Ibirama, São Joaquim, Palmitos, Dionísio Cerqueira, São Miguel d'Oeste, Xanxerê, Mafra, Rio do Sul, Tubarão, Brusque, Laguna, Araranguá, Jaraguá do Sul, Canoinhas, São Lourenço do Oeste e Concórdia (SANTA CATARINA, 2005).

Esta pesquisa utilizará a organização das associações de municípios, pois, de acordo com Marcon e Marques (2001), esta é a forma de divisão mais conhecida e utilizada, haja vista que já possui quatro décadas de existência. De acordo com da Federação Catarinense de Municípios, existem 20 associações de municípios (FECAM, 2007). A região objeto deste estudo é a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) que, segundo Siebert (1996), é composta pelos municípios de: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. Essa associação surgiu quando a “Fundação Universitária de Blumenau, através do seu Instituto de Planejamento e Processamento de Dados, nos anos de 1969, elaborou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado. Em 23 de julho de 1969, convidaram os Senhores Prefeitos para os atos de discussão e aprovação do estatuto, em Assembléia Geral de Constituição.” O estatuto foi aprovado em 02 de agosto de 1969, nas dependências da Fundação Universitária de Blumenau, hoje, Universidade Regional de Blumenau.

A Região da AMMVI está localizada no Vale do Rio Itajaí, ao norte do Estado, possui cerca de 700.000 habitantes, 4.492,896 KM2 de extensão territorial, a economia baseia-se na indústria têxtil e metal-mecânica e sua sede localiza-se na cidade pólo que é Blumenau. De acordo com o site da AMMVI, seus municípios contribuem com cerca de 10% da arrecadação do ICMS catarinense, fazendo com que a Região seja a segunda que mais arrecada no Estado (AMMVI, 2007).

A tabela 1 apresenta os dados relativos à área e à população dos 14 municípios que integram a AMMVI. Os números demonstram significativas diferenças entre os índices populacionais. Os municípios de Doutor Pedrinho e Botuverá apresentam o menor número de habitantes, respectivamente, 3.145 e 3.536 habitantes. O município mais populoso é Blumenau com 298.063 habitantes; Brusque aparece em segundo lugar com 89.254 habitantes. Em relação à área, os municípios não apresentam diferenças tão acentuadas, sendo que Ascurra é o município que possui a menor área, com 111, 672 Km2; e Rio dos Cedros é o que apresenta a maior, com 555, 654 Km2.

Tabela 1 - Municípios da AMMVI

MUNICÍPIO	ÁREA (KM2)	POPULAÇÃO
Apiúna	493,529	9.103
Ascurra	111,672	7.505
Benedito Novo	385,402	9.578
Blumenau	519,837	298.603
Botuverá	303,023	3.536
Brusque	283,445	89.254
Doutor Pedrinho	375,758	3.145
Gaspar	386,354	54.396
Guabiruba	173,591	15.246
Indaial	430,534	47.612
Pomerode	215,904	24.607
Rio dos Cedros	555,654	9.159
Rodeio	130,942	11.126
Timbó	127,251	33.462
Total	4.492,896	683.877

Fonte: IBGE (2007)

Atualmente, a Região da AMMVI busca diversificar sua economia, partindo para setores como madeira, plástico, *agrobusiness* e cerâmica. Dentro desta diversificação, destaca-se o turismo baseado nas características de sua colonização, em especial, a germânica e a italiana.

Todos os municípios da AMMVI são interligados por acesso pavimentado e a Região é servida por rodovias federais e estaduais que a interligam com os principais centros do País. Além disso, é servida por portos e aeroportos, localizados em regiões próximas, dentre os quais, o Porto de Itajaí, o recém inaugurado Portonave - Terminais Portuários e o Aeroporto Internacional Ministro Victor Konder de Navegantes. A AMMVI está próxima ao litoral centro-norte, no qual se destaca o Balneário Camboriú.



Figura 1 - Mapa de Santa Catarina com a Região da AMMVI delimitada

Fonte: adaptado de Santa Catarina, 2007.

De acordo com Veras, Mosimann e Espezim (2004), Blumenau - a cidade pólo da AMMVI - é um dos maiores pólos têxteis da América do Sul, configurando-se como um dinâmico centro de comércio e serviços, e exercendo influência sobre toda a Região do Vale do Itajaí. Ademais, Blumenau dispõe de uma excelente infra-estrutura para a realização de eventos como: congressos, feiras, exposições, torneios esportivos, espetáculos etc.

Siebert (1996) relata que a evolução político-administrativa da Região teve origem na cidade de Itajaí e passou por três importantes períodos emancipatórios, nos quais antigos distritos foram transformados em municípios. Estes períodos ocorreram entre 1930 e 1935,

1958 e 1964 e 1989 e 1992. Blumenau emancipou-se em 1880 e Brusque em 1881. Estas duas cidades geraram as demais que formam a atual configuração da AMMVI.

A partir de Blumenau foram emancipados os municípios de Rio do Sul em 1930 e Ibirama em 1934, ambos não fazem parte da AMMVI. Dentre os distritos emancipados de Blumenau estão ainda os municípios de: Timbó, Indaial e Gaspar em 1934; Rodeio em 1963; e Pomerode em 1958. Rio dos Cedros emancipou-se de Timbó em 1961; mesmo ano em que Benedito Novo emancipou-se de Rodeio. Guabiruba e Botuverá emanciparam-se de Brusque em 1962; Ascurra e Apiúna emanciparam-se de Indaial, respectivamente, em 1963 e 1989. Doutor Pedrinho emancipou-se de Benedito Novo em 1989. Assim, configurou-se a Região que hoje se autodenomina AMMVI (SIEBERT, 1996).



Figura 2 - Mapa da Região da AMMVI

Fonte: AMMVI, 2007

Segundo Ern Filho e Graipel Jr. (2006), durante os festejos do Centenário de Blumenau, em 1950, foram realizadas exposições - industrial, agropecuária, de peças para museu, de artes e filatélica e numismática - que mostraram todo o potencial econômico e cultural da cidade. A partir daí, realizaram-se importantes eventos de sucesso, os quais demonstraram a propensão da cidade para atividades desta natureza. Por isso, em 25 de

novembro de 1964, o Prefeito Hercílio Deecke declarou o centro de esportes e exposições como área de utilidade pública. Nessa área - localizada no Bairro da Velha e com 51.843, 15 m² - foi instalado o complexo da Comissão Organizadora de Exposições de Blumenau (COEB), que tinha por objetivo a realização de exposições industriais, comerciais, rurais etc.

Conforme Bittelbrun Jr. (2007), Blumenau despertou para os eventos na década de 60, quando foi construído o pavilhão “A” para abrigar uma Feira Agropecuária. Tanto que o folheto da feira continha a mensagem: “Adivinhe que país é este”. Dessa forma, o evento obteve excelentes resultados e, de quebra, promoveu uma expressiva divulgação da cidade. Em 1966, aproveitando o pavilhão “A”, realizou-se a 1ª Feira de Amostras de Santa Catarina (FAMOSC), que alcançou grande sucesso. Em 1968, ano em que se realizou a 3ª FAMOSC, construiu-se o Pavilhão “B” para abrigar uma churrascaria e salas para escritórios da Fundação Promotora de Eventos de Blumenau, PROEB, nome pelo qual, posteriormente, passaria a ser conhecido o local.

De acordo com Ern Filho e Graipel Jr. (2006), as FAMOSC proporcionaram - à Blumenau - um profissionalismo e conhecimento organizacional que, ainda hoje, serve de modelo. Na época, Santa Catarina ainda não contava com empresas organizadoras de eventos, congressos e feiras. O sucesso dos eventos deve a metodologia adotada, ou seja, na formação de comissões e subcomissões, nas quais cada qual desempenhava tarefas que estivessem de acordo com suas aptidões específicas e profissionais. Tanto que ainda hoje essa metodologia é utilizada na organização de eventos. A estrutura organizacional da *Oktoberfest*, por exemplo, conta com as comissões: de divulgação, de segurança e limpeza, de desfiles, de bandas e atrações e de decoração (FERRARI, 1998).

Bittelbrun Junior (2007) relatam que, nos anos 70, surgiram, entre outros restaurantes, o *Zum Weissen Rössel* (Cavalinho Branco), *Frohsinn* e o Moinho do Vale. Nesse período, a Prefeitura construiu - no então conhecido como Parque da PROEB - um Ginásio denominado Galegão, um centro social, uma escola de treinamento de cães e uma casa com pista de autorama. Nessa época, a cidade não fazia grandes promoções, por isso, o pavilhão “A” foi utilizado para a realização do Festival da Cerveja, Festa do Chope, bailões, concurso de miss e outros eventos; e o pavilhão “B” foi compartilhado pela Cia. Têxtil *Hering* e pela *Cremer*.

Em 1983, data em que só existia a Comissão Municipal de Turismo, o prefeito Dalto dos Reis convidou o agente de viagens Antonio Pedro Pereira Nunes a ocupar o cargo de Secretário de Turismo. A partir de então, foi instituída a Secretaria Municipal de Turismo, que

passou a funcionar no prédio da Prefeitura, planejando e implementando ações para alavancar o potencial turístico da cidade. Assim, foi dissolvida a Comissão Municipal de Turismo e o Parque da PROEB passou por reformas e adaptações, que incluíram a desocupação dos pavilhões que estavam sendo usados por indústrias têxteis. O objetivo era aproveitar o espaço para feiras, exposições, eventos e grandes promoções. Infelizmente, em junho desse mesmo ano, ocorreu uma grande enchente, que causou enormes prejuízos a cidade e deixou o Parque da PROEB praticamente destruído.

Foi então que o município elegeu as principais Agências de Viagens e Operadoras de Turismo do Brasil como público alvo e, estrategicamente, passou a divulgar os atrativos e a capacidade de recuperação da cidade, que conseguiu se reestruturar rapidamente graças à força de vontade de seu povo. Assim, no final de 1983, vários segmentos do município foram convocados para reuniões, nas quais se decidiu que, em outubro de 1984, no Pavilhão “A” da PROEB, realizar-se-ia a primeira *Oktoberfest*. Esta abriu novas perspectivas para a cidade, recuperando os pavilhões da PROEB e atraindo novos investimentos. Blumenau tornou-se o Centro de Feiras do Sul do Brasil e o turismo de eventos continua a se expandir, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da economia do município (BITTELBRUN JR., 2007).

De acordo com Ferrari (1998), indiscutivelmente, a *Oktoberfest* proporciona um enorme reaquecimento às finanças da Região. Para o autor, é um exemplo de sucesso da indústria do turismo: uma indústria sem chaminé, voltada ao lazer do homem, tão necessário nos dias atuais. Nesse sentido, Nogueira (2000) acrescenta que o incremento do turismo é um fator de grande importância para o desenvolvimento econômico regional, pois, direta ou indiretamente, projeta-se em vários setores da economia: no setor primário pela ampliação do mercado consumidor para produtos agropecuários; no secundário pelo aumento da produção em decorrência da ampliação do mercado; e no setor terciário pela diversidade de serviços suscitados, tais como: hospedagem, transporte, agências de viagens, serviços pessoais, telecomunicações e alimentos, entre outros.

Cunha (1997) corrobora essa idéia ao afirmar que um dos efeitos benéficos do turismo é a sua contribuição para o desenvolvimento regional. Para o autor, poucos setores da economia oferecem melhores possibilidades se analisados sob as perspectivas do desenvolvimento econômico nacional e do aproveitamento das potencialidades locais. Cunha (1997) ainda apresenta quatro razões que justificam seu posicionamento. Primeiro, o desenvolvimento do turismo só é viável quando existem valores locais que garantam uma vocação turística. Segundo, o turismo opera uma transferência de rendimentos das regiões

mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas, promovendo a exportação de bens e serviços. Terceiro, o turismo regional obriga e justifica o lançamento de infra-estruturas e equipamentos que, dificilmente, seriam implantados em condições normais. Quarta e última, o turismo contribui para a dinamização e modernização da produção local.

Sendo assim, para Cunha (1997), o turismo regional contribui para um desenvolvimento integrado, catalítico e útil: integrado quando domina o processo de desenvolvimento, sem o monopolizar; catalítico quando estimula o desenvolvimento, assumindo um papel complementar; útil quando contribui para a diversificação da atividade econômica, sem a influenciar. Em contrapartida, o autor alerta para o fato de que o turismo pode conduzir à especulação e à destruição de valores tradicionais e culturais, razão pela qual deve integrar-se às especificidades das regiões em que se desenvolve, bem como ser acompanhado por iniciativas locais, as quais procurem garantir a satisfação das necessidades que o turismo cria e incrementa.

De acordo com o SEBRAE (2007), a pesquisa mercadológica sobre “O Mercado Brasileiro de Feiras 2007” demonstrou que estas tendem a regionalização, a especialização e a realização itinerante. Segundo a referida pesquisa, o crescimento das feiras nacionais torna os custos de participação dos expositores proibitivos para pequenas e micro empresas. Estas, por sua vez, vêm nos eventos regionais uma oportunidade para obter mais facilmente todas as vantagens de uma feira.

Considerando que a classificação de Martin (2003) divide os eventos em muitas categorias, neste trabalho, optou-se por agrupá-los por objetivo ou área de interesse, quais são: artístico; assistencial; científico; cívico; cultural; desportivo; divulgação; ecoturismo; educativo; empresarial; exposição; filantrópico; folclórico; gastronômico; governamental; incentivo; informativo; institucional; político; promocional; religioso; social; técnico; turismo/lazer. As demais classificações não serão empregadas.

Observa-se que a maioria dos eventos da Região da AMMVI se classifica na categoria cultural. Também há registros de eventos nas categorias empresarial, desportiva e religiosa. O evento cultural que envolve o maior público é a *Oktoberfest*, de Blumenau, com aproximadamente 700.000 pessoas. O evento empresarial com maior público é a FEBRATEX, também em Blumenau, que chega a reunir 80.000 pessoas. Benedito Novo e Doutor Pedrinho não apresentaram eventos no momento da pesquisa. Estes dois municípios são de pequeno porte e estão localizados fora do eixo das principais vias da região, o que pode ajudar a entender a sua situação com relação à não realização de eventos.

Tabela 2 - ocorrência de eventos nos municípios integrantes da AMMVI de acordo com a classificação de Martin, por objetivo ou área de interesse

MUNICÍPIO	EVENTO	ÁREA DE INTERESSE	PÚBLICO	OCORRÊNCIAS POLICIAIS
Apiúna	Tangefest	Cultural	20.000	Vias de fato - 7 Perturbação - 4
Ascurra	Festa Per Tutti	Cultural	9.000	00
Benedito Novo	Festa das Tradições ²	Cultural	----	----
Blumenau	Maratona Internacional	Desportivo	1.000	00
	<i>Oktoberfest</i>	Cultural	690.000	Averiguação – 11 Vias de fato – 8 Furto veiculo - 6
	Festitalia ³	Cultural	25.000	*
	Texfair	Empresarial	29.000	*
	<i>Stammtisch</i>	Cultural	5.000	*
	<i>Sommerfest</i>	Cultural	32.500	*
	Febratex	Empresarial	80.000	*
	Natal em Blumenau	Cultural	Indeterminado	*
Botuverá	Bergamasca	Cultural	5.000	Vias de fato – 1 Arrombam. de veículo - 1
Brusque	Festa de Azambuja	Religiosa	80.000	Furto – 1 Furto em veículo. – 1 Vias de fato – 1
	Fenarreco	Cultural	70.000	Vias de fato – 1 Embriagues – 1
	FenajEEP	Empresarial	30.000	Vias de fato – 1 Embriagues – 1 Furto de veículo – 1
	Rodeio Crioulo Internacional	Cultural	70.000	Vias de fato – 1 Embriagues – 1 Furto de veículo – 1
Doutor Pedrinho	Festa da Natureza ⁴	Cultural	----	----
Gaspar	Expogaspar	Cultural	30.000	Vias de fato – 2 Acidente de Trânsito – 1
	Fesbraer	Desportivo	8.000	00
Guabiruba	Campeonato Nac. de Parapente	Desportivo	500	00
Indaial	FIMI	Cultural	35.000	Furto cont. pessoa – 1 Arrombam. de veículo – 1
	Expofeira	Empresarial	40.000	00
Pomerode	Festa Pomerana	Cultural	70.000	Averiguação – 14 Vias de fato – 5 Furto de veiculo - 5
Rio dos Cedros	Festa Trentina	Cultural	30.000	Vias de fato – 4 Perturbação – 7
	Travessia da Represa	Desportivo	500	00
Rodeio	Saga Trentina ⁵	Cultural	13.000	Rixa – 1
Timbó	Festa do Imigrante	Cultural	60.000	Averiguação – 5 Perturbação – 4
	Expotim	Empresarial	50.000	Averiguação – 3 Vias de fato – 3

² Atualmente a Festa das Tradições está em fase de retomada, já que sua realização está suspensa.

³ Em Blumenau a PM só faz levantamento das ocorrências da *Oktoberfest*

⁴ A Festa da Natureza está com sua realização suspensa. Não existe data marcada para a retomada.

⁵ A Saga Trentina teve sua primeira edição em 2007.

3 PROPOSTA METODOLÓGICA

De acordo com Bervian e Cervo (2002), o método consiste em um conjunto de etapas que devem ser cumpridas para a realização da pesquisa. Esse processo inicia-se com a inquietação dos pesquisadores sobre fenômenos a serem investigados. Para Silveira (2004, p.107), “nesta etapa do trabalho científico, descrevem-se, principalmente, os métodos e os procedimentos que foram utilizados na pesquisa, permitindo aumentar a compreensão do estudo realizado e assegurando a réplica científica.”

As variáveis deste estudo são os fenômenos do desenvolvimento regional da AMMVI, o turismo de eventos, a segurança pública e suas variáveis. De acordo com Bervian e Cervo (2002), as variáveis de um estudo classificam-se em independente, dependente e interveniente. A variável independente é o fator, a causa ou o antecedente que determina a ocorrência de outro fenômeno, no caso deste estudo, o desenvolvimento regional. A Variável dependente é o fator, propriedade, efeito ou resultado decorrente da ação da variável independente, neste estudo, o turismo de eventos na AMMVI. A variável interveniente é a que modifica a variável dependente sem que tenha havido modificação na variável independente, neste estudo, a segurança pública.

Como técnica de coleta de dados adotou-se a observação participante. De acordo com Gil (1989, p. 107), “a observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada.” Neste estudo, a participação se deu de forma natural, pois, como integrante do grupo de segurança pública, o pesquisador tem amplo domínio sobre o vocabulário do meio, participou ativamente de vários eventos na região pesquisada e teve acesso facilitado aos dados que envolvem segurança pública, inclusive aos considerados privativos. Em contrapartida, o fato de o pesquisador pertencer ao grupo da segurança gera certa parcialidade.

Para Brandão: “É totalmente impossível imaginar uma separação entre o sujeito da pesquisa (cientista social) e seu objeto (a sociedade). [...] mesmo nos contextos mais repressivos e autoritários os fatos sociais acontecem de maneira inesperada e surpreendente.” (BRANDÃO, p. 24). Daí a importância da participação do pesquisador que compartilha tais momentos com os sujeitos pesquisados. Contudo, o pesquisador precisa ser aceito como é, ou seja, como alguém que vem de fora para realizar um estudo e que em determinado momento vai embora. Por isso, é necessário evidenciar sua proposta e o momento em que irá desligar-se do grupo.

Para a compreensão dos fenômenos e das variáveis que envolvem este estudo, fez-se necessário delimitar a população. Para Lakatos e Marconi (2001), população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica comum. Nesta pesquisa, a população é representada pelo conjunto de atores envolvidos com o desenvolvimento do turismo regional de eventos na Região da AMMVI.

Considerando que, dentre os arranjos regionais que se apresentam em Santa Catarina, as associações de municípios se constituem na divisão mais aceita, elegeu-se como campo de estudo os municípios que compõem a Região da AMMVI. Além disso, a cidade pólo da AMMVI é Blumenau, local onde estão sediadas as principais organizações policiais militares da Região, ou seja, o Comando Regional e o 10º Batalhão de Polícia Militar, o que facilitou o acesso aos dados da pesquisa.

Conforme demonstra o quadro 2, o procedimento de coleta de dados foi realizado em três etapas: levantamento bibliográfico e documental; relatórios elaborados a partir da observação participante *in loco*, e entrevista estruturada.

PERGUNTAS DE PESQUISA	OBJETIVOS	TÉCNICA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS
De que maneira os municípios se organizaram para definir a Região da AMMVI?	Contextualizar a Região da AMMVI.	- Levantamento bibliográfico e documental. - Relatórios. - Observação <i>in loco</i> .
Como se desenvolveu o processo de evolução do turismo de eventos na Região da AMMVI e qual a sua estrutura?	Descrever a evolução do turismo de eventos na Região da AMMVI e sua estrutura.	- Levantamento documental - Relatórios. - Entrevistas.
Qual é a estrutura da segurança pública na Região da AMMVI e qual é a percepção dos atores envolvidos com o desenvolvimento regional do turismo de eventos sobre a sua atuação?	Identificar a estrutura da segurança pública na Região da AMMVI e a percepção dos atores envolvidos com o desenvolvimento regional do turismo de eventos sobre a sua atuação.	- Relatórios. - Entrevistas. - Observação <i>in loco</i> .
Quais as estratégias para a redefinição da segurança pública no turismo de eventos que poderão contribuir com a harmonização do uso turístico e o bem estar dos residentes? Podem as carências e limites da segurança pública no turismo de eventos da Região da AMMVI implicar a geração de situações críticas que afetarão negativamente o desenvolvimento da região, no que tange ao bem estar dos residentes e na demanda turística?	Analisar as implicações da segurança pública no desenvolvimento regional do turismo de eventos, na Região da AMMVI.	- Levantamento bibliográfico e documental. - Relatórios. - Entrevistas. - Observação <i>in loco</i> .

Quadro 2 - Construto da pesquisa

Durante esta pesquisa, verificou-se que há uma discrepância entre as abrangências da AMMVI e do 7ª RPM (Comando máximo da Polícia Militar na região): a primeira congrega 14 municípios e o segundo 32. Ocorre que o 7ª RPM está articulado em 3 Unidades policiais militares: o 10º Batalhão de Polícia Militar com sede em Blumenau, o 14º Batalhão de Polícia Militar com sede em Rio do Sul e a 3ª Guarnição Especial de Polícia Militar com sede em Brusque. Para um melhor entendimento, foi elaborado o organograma apresentado na Figura 03.

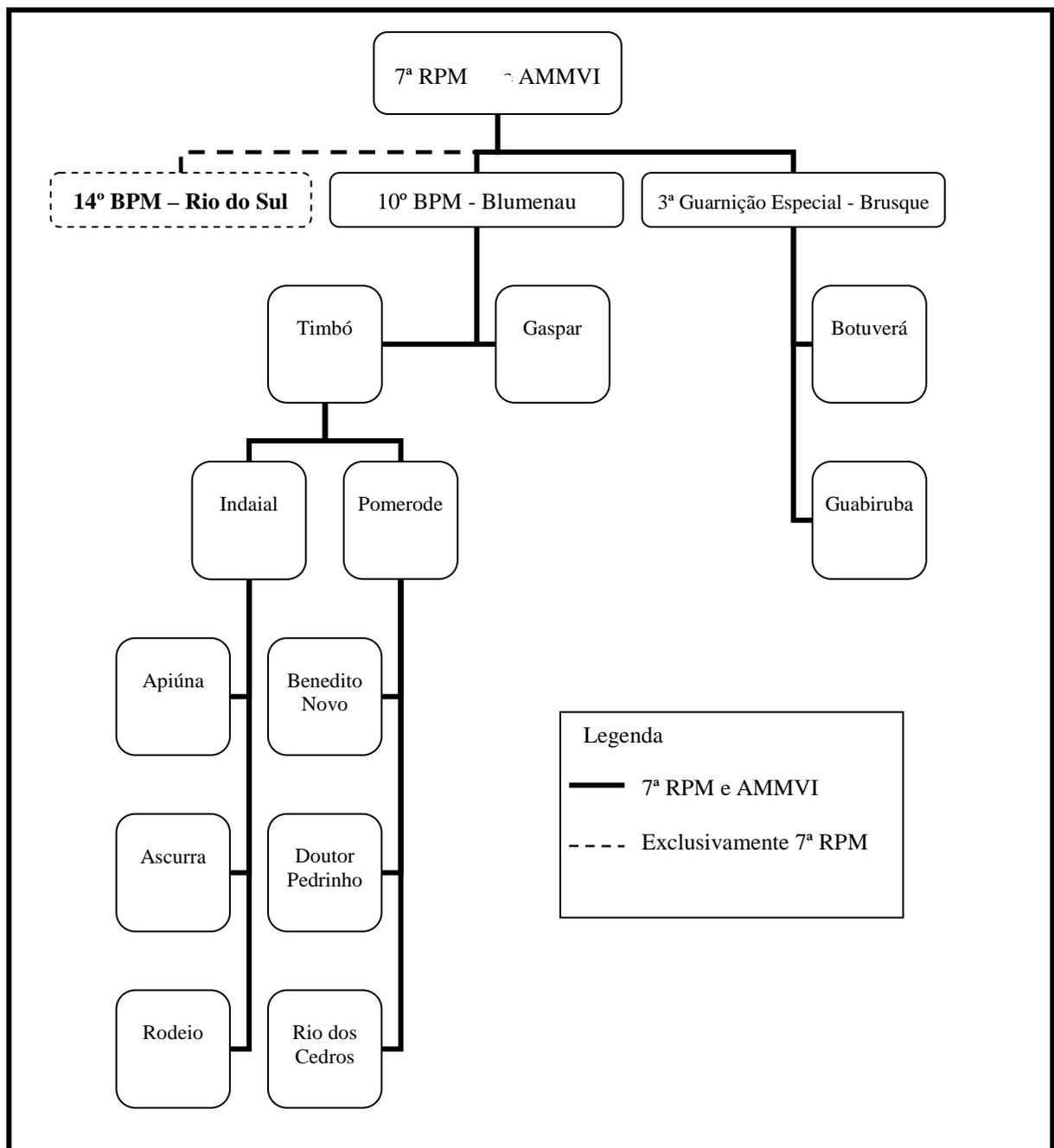


Figura 3 - Organograma comparativo entre as áreas de atuação da 7ª Região Policial Militar e a AMMVI

No levantamento documental, foram utilizadas as atas das reuniões do Conselho Municipal de Turismo de Blumenau, realizadas nos últimos cinco anos; bem como atas e documentos disponibilizados pelos demais municípios que integram a Região da AMMVI. A partir das atas, fez-se um inventário das datas, participantes e pauta das reuniões, com o objetivo de identificar aquelas que abordaram assuntos que, de uma forma ou outra, relacionavam-se à segurança pública.

Constatou-se que o Conselho Municipal de Turismo de Blumenau abordou o tema pela primeira vez em uma reunião realizada em fevereiro de 2003, quando um representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) questionou a segurança pública de Blumenau. Na reunião seguinte, em março de 2003, o Delegado Regional da Polícia Civil de Blumenau foi apresentado ao Conselho, mas não consta em ata que o assunto tenha sido aprofundado. Somente em junho de 2006, por meio da Lei Complementar nº 560, a Polícia Militar conquistou o direito de ter um representante no Conselho Municipal de Turismo de Blumenau.

Os relatórios deste estudo foram redigidos com base na observação participante realizada em atividades da Polícia Militar voltadas a eventos; reuniões dos conselhos de turismo e de planejamento de eventos regionais, tais como, a Maratona Internacional e a *Oktoberfest* de Blumenau.

A entrevista estruturada foi elaborada com questões abertas e fechadas, fundamentadas nos objetivos e questionamentos desta pesquisa. Ressalta-se que às perguntas abertas possibilitaram uma interpretação da visão que os participantes têm sobre o tema, em razão da ampla variedade de respostas obtidas (apêndice). Vale ressaltar que 5 cópias deste instrumento de pesquisa passaram por um pré-teste, que permitiu a adequação de algumas perguntas e a inserção de outras.

Da pesquisa propriamente dita, foram convidados a participar 14 comandantes da Polícia Militar e 25 representantes do setor turístico. Todos os comandantes e gestores públicos responderam, somente três representantes de empresas promotoras de eventos não devolveram o questionário. Assim, obteve-se uma amostra total de 36 respondentes. Ressalta-se que a entrevista restringiu-se à Polícia Militar porque, segundo a Constituição, esta é responsável pela manutenção da ordem pública. No que concerne à amostra do setor de turismo foram entrevistados:

- Secretários de turismo, de todos os municípios da AMMVI;

- Presidente do sindicato de hotéis, restaurantes, bares e similares de Blumenau e Região (SIHORBS);
- Presidente da Organização Regional do Turismo (ORT);
- Presidente do Blumenau *Visitors and Convention Bureau*;
- Representante da Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC);
- Diretor de eventos do Parque Vila Germânica;
- Gerente de Captação do Blumenau *Visitors and Convention Bureau*;
- Representantes da AMMVI;
- Organizadores de eventos com sede na Região da AMMVI;

Com relação à análise e interpretação dos dados, foi possível analisar tanto os aspectos qualitativos, quanto os quantitativos, sendo que os últimos tiveram tratamento estatístico. Ademais - após categorizados, codificados e tabulados – os dados foram confrontados com os objetivos, visando a compreensão do problema e a validação, ou não, dos pressupostos da pesquisa. Dessa forma, a pesquisa procura apresentar o cenário atual do turismo de eventos e da segurança pública na Região da AMMVI.

3.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O turismo é uma atividade complexa que pode ser explorada sob vários enfoques, tanto que, embora não seja abundante, a literatura sobre o tema é rica em abordagens. Assim, esta pesquisa limita-se há uma pequena parte desse universo. Além disso, destaca-se as seguintes dificuldades:

- A escassez de dados estatísticos sobre o turismo de eventos no setor na AMMVI.
- A impossibilidade de manter a imparcialidade, uma vez que o pesquisador integra o grupo de segurança pública no qual realizou a observação participante.
- A carência de referências bibliográficas específicas sobre a segurança pública relacionada ao turismo e vice-versa.
- A disparidade entre os municípios da AMMVI no que concerne à estrutura de eventos, obrigando o foco da pesquisa a direcionar-se a Blumenau;
- A ausência de tratamento regional para o turismo de eventos, ou seja, cada município da AMMVI trata de suas aspirações e interesses.

4 PERCEÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUANTO À ESTRUTURA DO TURISMO DE EVENTOS E DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DA AMMVI

Este capítulo descreve a estrutura do turismo de eventos e da segurança pública nos municípios da AMMVI, apresenta a visão de atores do setor do turístico e de representantes da Polícia Militar sobre o tema, traça um comparativo entre as percepções dos dois grupos e analisa as informações obtidas com base na literatura pesquisada.

4.1 ESTRUTURA DO TURISMO DE EVENTOS NOS MUNICÍPIOS DA AMMVI

A disparidade verificada entre os municípios integrantes da AMMVI se reflete, também, na estrutura turística. Blumenau – a cidade pólo – possui uma estrutura bem mais adequada ao turismo de eventos do que os demais municípios da Região. Brusque, a segunda maior cidade da AMMVI, não tem sequer um sindicato de hotéis, bares, restaurantes e similares, fazendo com que os estabelecimentos dessa natureza tenham que se filiar ao Sindicato dos hotéis, restaurantes, bares e similares de Balneário Camboriú e Região (SINDISOL).

No que concerne às demandas do turismo de eventos da Região, Blumenau aparece em primeiro lugar, Brusque em segundo e os demais municípios acabam por servir como locais de apoio. Isso se deve, em grande parte, ao sucesso da Festa de Outubro em Blumenau (*Oktoberfest*) e da Festa Nacional do Marreco em Brusque (Fenarreco), que fizeram com o que os poderes públicos municipais de ambas as cidades investissem em centros de eventos e em outras estruturas necessárias ao atendimento dos visitantes.

Em Blumenau, a estrutura de atendimento ao turismo de eventos está centrada no Parque Vila Germânica, mas a cidade também conta, entre outros, com os centros de convenções dos hotéis e do Teatro Carlos Gomes. Os demais municípios da AMMVI dispõem de estruturas mais modestas: Brusque de um centro de eventos onde é realizada a Fenarreco; Pomerode de um centro de eventos no qual acontece a Festa Pomerana (Pomerfest); Gaspar de um hotel que, frequentemente, é utilizado como centro de convenções; Botuverá do pavilhão da Igreja Matriz; Guabiruba de salões de festa, embora o Campeonato Brasileiro de Parapente promovido pelo município seja realizado a céu aberto; em Benedito Novo e Apiúna o poder público desconhece a existência de estruturas deste tipo, haja vista que os eventos tradicionais de ambos os municípios estão suspensos.

A tabela 3 apresenta a infra-estrutura para eventos dos municípios da AMMVI. Esses dados foram obtidos através de telefonemas e de consulta aos *sites* dos eventos e das prefeituras municipais. Em alguns dos municípios não foi possível encontrar informações a respeito da capacidade de público de cada local.

Tabela 3 - Infra-estrutura para atendimento de eventos nos municípios da AMMVI

CIDADE	LOCAL	CAPACIDADE	TIPO
Apiúna	Centro de Eventos de Apiúna	Em construção	Centro de eventos
Ascurra	Centro de eventos de Ascurra	5.000	Centro de eventos
Blumenau	Parque Vila Germânica	49.000	Centro de eventos
	Teatro Carlos Gomes	1.048	Centro de convenções
	Garden Convention Center	6.000	Centro de convenções
	Plaza Blumenau Hotel	270	Sala de eventos
	Viena Park Hotel	950	Salas de eventos
	Hotel Blumenhof	100	Sala de eventos
	Hotel Glória	115	Salas de eventos
Botuverá	Pavilhão São José	2.000	Pavilhão de eventos
Brusque	Brusque Palace Hotel	140	Sala de eventos
	Blue Tree Premium Brusque	400	Sala de eventos
	Hotel Gracher	180	Salas de eventos
	Pavilhão de Eventos Maria Celina Vidotto Imhof	6.000	Centro de eventos
Gaspar	Hotel Raul's	100	Sala de eventos
	Fazenda Park Hotel	350	Sala de Eventos
Indaial	Pavilhão Municipal de Eventos	6.000	Centro de eventos
Pomerode	Parque Municipal de Eventos	12.000	Centro de eventos
Rio dos Cedros	Pavilhão Municipal de Esportes Walmor Busarello	8.000	Ginásio de esportes
Rodeio	Vila Italiana	3.000	Centro de eventos
Timbó	Timbó Park Hotel	200	Sala de eventos
	Parque de Exposições Franz Damm	650	Parque de exposições
	Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul	4.000	Centro de eventos

Os municípios da AMMVI diferenciam-se pelo porte e pela movimentação turística, portanto, pode-se afirmar que as infra-estruturas de apoio contam com hotéis, bares, restaurantes e empresas que atuam especificamente na produção de eventos. Através dos dados coletados nos *sites* dos municípios, estima-se que: Apiúna, possui 5 restaurantes e 2 hotéis; Ascurra 1 restaurante. Benedito Novo 2 restaurantes e 3 hotéis; Blumenau 110 restaurantes e 31 hotéis; Botuverá 1 restaurante e 1 hotel; Brusque 26 restaurantes e 8 hotéis; Doutor Pedrinho 2 restaurantes e 2 hotéis; Gaspar 14 restaurantes e 5 hotéis; Guabiruba 2 restaurantes; Indaial 7 restaurantes e 3 hotéis; Pomerode 22 restaurantes e 6 hotéis; Rio dos Cedros 4 restaurantes e 6 hotéis; Rodeio 1 restaurante e 1 hotel; Timbó 19 restaurantes e 4 hotéis. Bares e similares não foram contabilizados.

Ressalta-se que, nesta Região, há duas instituições de apoio organizacional e político: o Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Blumenau e Região, que abrange 14 municípios da AMMVI e 27 municípios de fora dela; e o *Blumenau Conventions and Visitors Buereau*, que atua em diversos setores, dentre os quais, espaços para eventos, montadores de *stands* e organizadores de eventos.

4.2 ESTRUTURAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DA AMMVI

Conforme já mencionado, esta pesquisa contempla apenas as estruturas da Polícia Militar porque esta, segundo a Constituição Federal, é responsável pela manutenção da ordem pública. Todos os municípios da AMMVI contam com uma unidade da Polícia Militar, que varia conforme o tamanho de cada município.

Por ser mais extensa e lidar com um fluxo mais intenso de turistas, Blumenau conta com a maior estrutura de segurança pública da Região. No município localizam-se a 7ª Região de Polícia Militar e o 10º Batalhão de Polícia Militar, que tem um efetivo de trezentos e vinte policiais militares e oitenta e seis viaturas.

Brusque é a sede da 3ª Guarnição Especial de Polícia Militar, que conta com um efetivo de cento e quatro policiais militares e dezesseis viaturas. O nome Guarnição Especial designa uma Unidade da Polícia Militar que será elevada à condição de Batalhão de Polícia Militar. À Guarnição da Polícia Militar de Brusque estão subordinados os Destacamentos da PM de Botuverá, com seis policiais militares e uma viatura, e de Guabiruba, com dez policiais militares e uma viatura.

Timbó é sede da 2ª Companhia, subordinada ao 10º Batalhão de Polícia Militar. Possui trinta e seis policiais e quinze viaturas. À PM de Timbó estão subordinados: o 1º Pelotão de Pomerode, com um efetivo de vinte e dois policiais militares e oito viaturas; e o 2º Pelotão Indaial, com um efetivo de trinta e oito policiais militares e treze viaturas.

O Pelotão de Pomorede conta com três destacamentos: Benedito Novo, com sete policiais militares e três viaturas; Doutor Pedrinho, com sete policiais militares e duas viaturas; e Rio dos Cedros, com dez policiais militares e quatro viaturas. O Pelotão de Indaial possui três destacamentos: Apiúna, com dez policiais militares e quatro viaturas; Ascurra, com nove policiais militares e uma viatura; e Rodeio, com nove policiais militares e duas viaturas.

Diferentemente dos Pelotões de Indaial e Pomerode, o Pelotão de Polícia Militar de Gaspar não está subordinado a uma Companhia, mas diretamente ao 10º Batalhão de Polícia Militar de Blumenau. A PM de Gaspar conta atualmente com um efetivo de quarenta e cinco policiais militares e dezoito viaturas.

Em suma, a Região da AMMVI possui 15 instalações da Polícia Militar, seiscentos e quarenta e três policiais militares e cento e setenta e quatro viaturas. Esses números representam o efetivo mínimo que a PM mantém na Região da AMMVI, mas a quantidade de policiais empregados pode aumentar de acordo com o efetivo de cada cidade.

O policiamento diário é executado através de turnos de serviço de 12h. O policial militar que trabalhar 12h no período diurno terá 24h de folga, aquele trabalhar 12h no período noturno terá uma folga de 48h. Durante o período de 48 horas de folga, o policial militar pode exercer suas funções em regime de hora extra remunerada. O serviço de policiamento ostensivo a pé é limitado a um turno de serviço de 6h. Nos municípios pesquisados, em geral, é executado o policiamento ostensivo motorizado. A Polícia Militar disponibiliza uma Central de Emergência que pode ser acionada pelo telefone 190.

Como não poderia deixar de ser, a PM também mantém policiais no serviço administrativo. Em cidades menores, apenas o comandante exerce tais funções, mas em cidades maiores, onde estão instalados Pelotões, a estrutura administrativa já começa a adquirir certo volume. Dentre as cidades pesquisadas, Blumenau tem o maior efetivo e, por conseqüência, maior estrutura administrativa. Dos cerca de 320 policiais militares do município, cerca de 30 desenvolvem serviços burocráticos. Frequentemente, esses 30 prestam serviço extra no operacional, durante a noite ou em fins de semana.

A estrutura administrativa é organizada em Comando do Batalhão; Estado Maior, que compreende o Sub Comando, Sessão de Pessoal (P-1), Sessão de Inteligência (P-2), Sessão de Planejamento (P-3), Sessão de Apoio Logístico (P-4), Sessão de Comunicação Social (P-5). Os demais policiais militares pertencem à Companhia de policiamento, que é a encarregada do serviço operacional.

A 3ª Companhia do 10º Batalhão de Blumenau trabalha com vários tipos de policiamento: 5 Bases Operacionais trabalham com duas viaturas por turno cada; um Pelotão

de Policiamento Tático é encarregado das operações especiais; um grupo de Policiamento de Trânsito; um grupo de Ronda Escolar; um grupo de Policiamento Comunitário; um Grupo de Policiamento Orientado para a Solução dos Problemas; um Grupo de Operações Policiais Militares; um Grupo do Programa Educacional de Resistência a Drogas (PROERD); um Grupo que realiza a guarda externa do Presídio Regional de Blumenau, do Fórum da Comarca de Blumenau e do Fórum da FURB; uma guarnição de policiamento motorizado velado, encarregada de prestar suporte ao policiamento motorizado em viaturas descaracterizadas; um grupo na Central de Monitoramento que acompanha 32 câmeras instaladas na cidade; um grupo no Centro de Operações Policiais Militares (COPOM), com cerca de 5 policiais militares por turno, que atendem a aproximadamente 1.100 ligações telefônicas a cada 24h de serviço.

A Polícia Militar de Blumenau atende a uma média de 114 ocorrências a cada 24 horas, o que quer dizer que, nesse mesmo espaço de tempo, em média, 8 pessoas são conduzidas às delegacias da cidade. As ocorrências mais atendidas em Blumenau são: perturbação do sossego alheio; presença de elemento suspeito; vias de fato; furtos e roubos em geral. Salvas as devidas proporções, estes mesmos serviços são executados nas demais cidades da Região da AMMVI, a diferença é que nos municípios menores os policiais não são divididos em grupos.

Quando se trata de atender a eventos, o Estado Maior, através do P-3, faz um planejamento e este, posteriormente, é executado pela 3ª Companhia. Em caso de eventos menores, que são a maioria, os policiais são escalados em regime de hora extra para não prejudicar o policiamento normal da cidade, ou seja, os soldados não terão de deixar o evento para atender a ocorrências em outros locais da cidade. O município de Blumenau conta com um caminhão baú e um microônibus adaptados para servir como posto de comando no policiamento de eventos.

Para eventos maiores, como a *Oktoberfest*, a PM de Blumenau solicita reforço a outras cidades. Nos finais de semana da festa, o 10º Batalhão chega a contar com cerca de 70 policiais militares, por dia, emprestados de outras cidades. O policiamento da Fenarreco, de Brusque, também busca reforço de outras cidades do Estado. A festa Pomerana recebe reforço policial de Blumenau. Nas demais festas, o policiamento é executado pelo efetivo local.

4.3 PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E TURISMO DE EVENTOS

Esse bloco descreve os resultados das entrevistas aplicadas a 22 representantes do setor de turismo e 14 comandantes da Polícia Militar da Região da AMMVI. Através dessa entrevista, identifica-se a percepção dos atores envolvidos com o turismo de eventos sobre a segurança pública e as implicações da segurança pública no turismo de eventos da Região da AMMVI.

Os resultados foram organizados em três blocos temáticos: o primeiro descreve a estrutura e a evolução do turismo de eventos da Região da AMMVI; o segundo trata da estrutura e o papel da segurança pública nos eventos e o terceiro verifica as implicações da segurança pública no desenvolvimento regional do turismo de eventos.

4.3.1 Questões relativas aos eventos turísticos e a estrutura destes na Região da AMMVI

Para conhecer a percepção dos comandantes da Polícia Militar e dos atores do setor turístico sobre o desenvolvimento e a estrutura do turismo de eventos na Região da AMMVI, optou-se por uma pergunta aberta. Os entrevistados apresentaram uma visão focada na realidade local.

No grupo da Polícia Militar, como já era esperado, as respostas são bastante voltadas ao fator segurança. Ainda assim, os respondentes relacionaram turismo de eventos a uma variada gama de atividades, dentre as quais: belezas naturais e arquitetônicas; agroturismo; competições esportivas; esportes radicais; congressos; seminários; cursos; reuniões diversas; religião; peregrinação; eventos automobilísticos e gastronômicos; exposições; show; festas; feiras; diversão; lazer e compras.

Além disso, segundo os comandantes entrevistados, o turismo envolve, planejamento; organização; divulgação; *feedback*; aplicação de recursos e pessoal especializado; materiais necessários aos eventos; empregos; trânsito; segurança pública; integração entre pessoas; estrutura para receber e assessorar os participantes de eventos realizados em determinado local, nos quais é primordial o apoio e a participação dos órgãos públicos e da comunidade.

Na respostas dos atores do setor turístico, chamou atenção o fato de dois entrevistados não terem respondido a esta questão. Considerando que se trata de indivíduos responsáveis por atividades dessa natureza em suas cidades, pode-se inferir que, nestas, o turismo de eventos ainda não faz parte das discussões, o que é lamentável, tendo-se em conta os benefícios que a atividade pode gerar.

Já os atores do turismo, que responderam, classificaram vários acontecimentos e situações como eventos turísticos, ou seja, tudo o que proporciona maior conhecimento sobre a região envolvida com o evento ou atrai um fluxo considerável de pessoas de outros locais; todas as manifestações culturais, sociais, ambientais que envolvem tanto o público da cidade quanto o de fora; deslocamento de pessoas com interesse em participar de eventos focados no enriquecimento técnico, científico, profissional, cultural, ou que envolvam curiosidade, relação de compra e venda, religiosidade, vontade de vivenciar e conhecer algo diferente, que proporcione bem estar; todos os eventos que movimentam pessoas e geram divisas, sendo eles de lazer ou não; turismo de lazer; shows; festividades diversas que constam do calendário oficial do município; festas; competições esportivas; feiras; seminários; conferências; cursos; palestras; reuniões; congressos e outros. Para alguns entrevistados, somente um motivo forte pode fazer o ser humano deixar do seu lugar para participar de um evento mais distante.

Cabe destaque ao fato de alguns relacionarem a estrutura local para atender as demandas que o segmento necessita: bom receptivo turístico; bons hotéis, bares, restaurantes, comércio, empresas promotoras de eventos, centros de convenções/eventos, entre outros. Os atores também citaram as necessidades de: quebrar sazonalidade do turismo, viabilizando a sobrevivência do *trade*; captar turistas com maior poder aquisitivo; manter uma estrutura adequada para que o turista de eventos volte com a família; cidade com vocação para o turismo; políticas públicas voltadas ao segmento; captação de eventos; construção de espaços para realização dos eventos; capacitação da mão de obra adequada; segurança; sinalização turística; infra-estrutura turística de acordo com a demanda. Os atores acrescentaram que o turismo de eventos agrega valor ao produto turístico, permitindo minimizar os efeitos da sazonalidade; envolvendo, ainda, receita; geração de impostos; emprego e renda; movimentação de vários segmentos da economia; oportunidade para pequenas e grandes empresas.

Observa-se que os dois grupos apresentam uma grande variedade de respostas. Situação esta que não difere da literatura pesquisada, na qual se constatou que não há consenso entre os autores sobre o tema. Basicamente, o que diferencia os dois grupos são as referências à segurança, que é mais regular nas respostas dos comandantes da Polícia Militar.

No que se refere à frequência com os eventos ocorrem em cada um dos municípios da AMMVI, conforme demonstra a tabela 4, 57%, dos representantes da Polícia Militar consideram que tais eventos ocorrem às vezes, ou seja, são realizados em um ano e depois não têm continuidade; 29% consideram a frequência regular, em outras palavras, repetem-se anualmente; apenas 5% dos entrevistados responderam que não são realizados ou que já se realizou e não se realiza mais.

Já os atores do setor turístico apresentam uma visão uma visão diversa: 68% afirmam que os eventos ocorrem regularmente (anualmente) em sua cidade, 18% que ocorrem uma vez e não se repete; 9% que não são realizados e 5% alegam que já se realizou e não se realiza mais. Constata-se uma disparidade entre os grupos no que concerne à regularidade dos eventos, o que demonstra a falta de integração entre ambos.

Tabela 4 - Frequência da realização de eventos na cidade

FREQUENCIA	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Regularmente	4	29%	15	68%
Às vezes	8	57%	4	18%
Não são realizados	1	7%	2	9%
Já se realizou e não se realiza mais	1	7%	1	5%
Não tenho conhecimento	0	0%	0	0%
Total	14	100%	22	100%

Com relação ao conhecimento que os grupos têm sobre a existência de uma estrutura própria para a realização de eventos em suas cidades, pode-se observar, na tabela 5, que as respostas dos grupos foram exatamente iguais em termos percentuais. Em ambos, 64% responderam que a cidade possui este tipo de estrutura e 36% responderam que a mesma não possui. São números significativos, pois indicam que dois terços dos municípios – cada qual dentro de sua realidade - já identificam a importância de ter uma estrutura para o atendimento da demandas de eventos.

Tabela 5 - Estrutura para a realização de eventos turísticos

EXISTÊNCIA DE ESTRUTURA	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Sim	9	64%	14	64%
Não	5	36%	8	36%
Não tenho conhecimento	0	0%	0	0%
Total	14	100%	22	100%

No que diz respeito ao tipo de estrutura para a realização de eventos, tabela 6, por se tratar de uma pergunta técnica, acreditava-se que a maioria dos representantes da Polícia Militar não teria conhecimento, mas, ao contrário do que se esperava, todos se posicionaram. Ademais, embora a questão permitisse que o entrevistado assinalasse mais de uma alternativa, todos respondentes da PM optaram por apenas uma, o que pode significar que, na visão deles, cada cidade conta com apenas um tipo de estrutura para atender o turismo de evento. Assim, 64% dos comandantes da PM apontaram o centro de eventos; 14% Centro de convenções e hotéis com centro de convenções e 8% arena multiuso.

Em razão da possibilidade de respostas múltiplas, vários entrevistados do setor turístico assinalaram mais de uma estrutura, o que fez com que os resultados ultrapassem os 100%: 76% indicaram centro de eventos, 50% hotel com centro de convenções, 41% centro de convenções e, surpreendentemente, 10% alegaram desconhecê-las. Não se esperava que parte desse grupo desconhecesse as estruturas para atendimento ao turismo de eventos da própria cidade.

Tabela 6 - Tipo de estrutura para a realização de eventos turísticos

TIPO DE ESTRUTURA	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Centro de convenções	2	14%	9	41%
Hotel com centro de Convenções	2	14%	11	50%
Arena Multiuso	1	7%	3	14%
Centro de eventos	9	64%	16	76%
Não tenho conhecimento	0	0%	2	10%

Buscou-se, também, saber se a estrutura que a cidade possui para realização dos eventos já teve que ser ampliada. Mais uma vez, esperava-se que a maioria dos respondentes da PM desconhecesse tal informação, no entanto, novamente a expectativa não se confirmou. Conforme pode ser observado na tabela 7, apenas 7% alegaram não saber, dentre os demais, 50% declararam que não e 43% afirmaram que sim. Dentre os entrevistados do setor turístico,

68% afirmaram que já houve a necessidade de ampliação das estruturas para eventos, o que confirma a importância do setor para na região. 27% que não e, outra vez, 5% alegou não saber. De novo, chama atenção que ator do setor desconheça as necessidades das estruturas turísticas de sua cidade. Essa questão, de certa forma, retrata as disparidades existentes entre os municípios da AMMVI no que se refere ao turismo de eventos. Algumas cidades estão bem inseridas no segmento, enquanto outras têm uma atuação bem periférica.

Tabela 7 - Ampliação da estrutura para a realização de eventos turísticos

NECESSIDADE DA AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Não	7	50%	6	27%
Não sabe	1	7%	1	5%
Sim	6	43%	15	68%
Total	14	100%	22	100%

A próxima questão visou verificar se os municípios da AMMVI possuem estrutura para captação de eventos ou se os atraem naturalmente. Os respondentes foram orientados a informar a existência de tais estruturas e, em caso positivo, identificá-las como públicas ou privadas. Conforme demonstra a tabela 8, dentre os entrevistados da Polícia Militar, 71% responderam que seus municípios possuem estruturas próprias para a captação de eventos, destas, 55% foram identificadas como públicas e 45% como privadas. 21% dos policiais militares pesquisados afirmaram que seus municípios não dispõem de tais estruturas e 7% responderam que não saber. Nessa questão, há uma inconsistência nas respostas do grupo da PM, pois, ao mesmo tempo em que apenas 10 confirmaram a existência de estruturas, 11 as identificaram como públicas ou privadas. Possivelmente, isso se deve ao fato de um dos entrevistados ter assinado duas respostas, provavelmente, sinalizando que existam ambas em sua cidade.

Dentre os entrevistados do setor turístico da Região da AMMVI, 77% informaram que seus municípios possuem estruturas adequadas para captação de turistas, 23% que não. Das estruturas existentes, 36% foram identificadas como públicas e 45% como privadas. Também nesse grupo, um dos respondentes informou que, em sua cidade, existem estruturas públicas e privadas.

Comparando-se os dois grupos, tabela 8, observa-se que enquanto 55% do grupo da Polícia Militar identifica as estruturas de atendimento ao turismo de suas cidades como

públicas, 53% dos atores do setor turístico as consideram como privadas. Esse posicionamento reflete certo desconhecimento por parte dos policiais militares em relação ao tema. Com base nas respostas dos dois grupos, pode-se verificar, ainda, que os setores público e privado já despertaram para a necessidade de buscar formas de atrair o maior número possível de eventos para seus municípios.

Tabela 8 - Estrutura própria para a captação de eventos

ESTRUTURA PRÓPRIA PARA A CAPTAÇÃO DE EVENTOS	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Sim	10	71%	17	77%
Não	3	21%	5	23%
Não sabe	1	7%	0	0%
Pública	6	55%	8	36%
Privada	5	45%	10	45%
Total	----	----	----	----

Os entrevistados também foram questionados sobre a variação de público que aflui aos eventos turísticos do seu município. Como pode ser visto na tabela 9, 64% dos respondentes da Polícia Militar afirmaram que o público tem aumentado, 29% que é estável e 7% que tem diminuído. No grupo dos representantes do setor turístico, 85% declararam que há uma tendência de aumento no público dos eventos de seus municípios e 5% que existe tendência à queda. Constata-se que a maioria dos dois grupos concorda que o público atraído pelos eventos está aumentando, o que requer que ambos adotem as medidas necessárias para atender a demanda esperada, tanto em relação à segurança pública quanto nas demais áreas do setor turístico. Ressalta-se que, novamente, dois integrantes do setor turístico não responderam à questão, o que causa certa preocupação, pois se não há estimativa por parte dos responsáveis pelo setor, como o município poderá preparar o receptivo para o público atraído pelos eventos?

Tabela 9 - Tendência da variação de público dos eventos

TENDÊNCIA DA VARIAÇÃO DE PÚBLICO	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Aumento	9	64%	19	85%
Queda	1	7%	0	0%
Estabilização	4	29%	1	5%
Não respondeu	-	--	2	10%
Total	14	100%	22	100%

Para compreender as respostas sobre a variação do fluxo de público nos eventos, optou-se por uma questão aberta. Assim, os respondentes puderam justificar as tendências de aumento, estabilização ou diminuição do público que frequenta os eventos em cada município. Os representantes do grupo da Polícia Militar que informaram tendência ao aumento de público destacaram: a qualidade dos serviços prestados, opções de turismo ecológico, crescimento populacional, políticas públicas favoráveis, aumento do poder econômico na região, desenvolvimento do município, históricos de eventos anteriores, boa organização, divulgação, estrutura, investimento gradativo na área, alto poder aquisitivo do município, indústria pequena e consistente e belezas naturais. Os policiais que declaram tendência à queda ou estabilização alegaram: ausência de novas atrações turísticas e culturais; falta de interesse por parte do poder político e da população; falta de iniciativa por parte dos dirigentes de entidades públicas e privadas, bem como do poder executivo em relação ao investimento na estrutura física do centro de eventos. As respostas foram variadas, mas, basicamente, orbitaram em torno das ações do município. Entretanto, nenhum dos entrevistados do grupo Polícia Militar utilizou o fator segurança pública para justificar seu posicionamento.

No grupo de representantes do setor turístico, os dois entrevistados que não responderam a questão anterior não justificaram. As respostas dos que justificaram foram bastante variadas, mas, como no outro grupo, também foram focadas em ações locais. Apenas dois entrevistados listaram questões regionais. Os entrevistados destacaram: esportes radicais; qualidade do evento; organização; atrativos naturais e culturais da cidade; hospitalidade marcante e a simplicidade acolhedora do povo; desenvolvimento do município; abertura da universidade (UNIASSELVI); implementação do Roteiro da Imigração na Região; eventos de melhor qualidade; promoção do destino turístico e tarifas adequadas.

Os respondentes também mencionaram a *Mini Oktoberfest*; o trabalho realizado na captação de eventos; estrutura; segurança; qualidade de vida; cidade atraente; desenvolvimento; qualidade dos equipamentos; parceria entre poder público e iniciativa privada; estabilização do crescimento do município; influência de cidades próximas como Brusque, Balneário Camboriú, Blumenau, Nova Trento etc.; o bom trabalho desenvolvido pela ADRVALE de Brusque em prol do turismo integrado nos oito municípios que compõem essa Micro Região; belezas naturais; arquitetura; costumes e cultura germânica preservadas; trabalho na divulgação da cidade; instalação de empresas de tecnologia; estrutura e maior segurança aos visitantes; os novos centros de eventos (Vila Germânica e Expofair); novos hotéis; políticas públicas voltadas ao segmento; reestruturação dos espaços destinados a

eventos; reestruturação do parque hoteleiro; aumento constante de investimentos no setor; necessidade e cobrança do mercado para a ampliação, promoção e divulgação, segurança da cidade e maior divulgação dos eventos. Destaca-se que, neste grupo, a segurança apareceu várias vezes.

Conforme se pode observar, os dois grupos apresentaram uma gama muito variada de respostas focadas na realidade regional. Chama atenção que, na pergunta anterior, a maioria informou que a cidade possui estrutura para a captação de eventos e, nesta, apenas um atribuiu a esta a responsabilidade pelo aumento do público dos eventos.

4.3.2 Questões relativas aos eventos turísticos e à segurança.

Nesta questão, buscou-se verificar se os atores do setor de turismo e os policiais militares têm conhecimento sobre a organização da segurança de um evento. Conforme demonstra a tabela 10, no grupo Polícia Militar, 93% declararam ter conhecimento de como se processa a organização da segurança em um evento, 7% informaram que não sabem. Esperava-se que mais representantes da polícia militar informassem não ter tal conhecimento, mas apenas um admitiu não saber pelo fato de a PM ser treinada para o serviço de manutenção da ordem pública e não para segurança privada. Dentre os representantes do setor turístico, 91% responderam saber como se processa a organização da segurança de um evento e 9% alegaram não saber.

Observa-se que os dois grupos apresentam respostas semelhantes, embora nem a bibliografia pesquisada esclareça como se processa o esquema de segurança de um evento. Alguns autores se limitam apenas a citar a segurança como um item da organização de eventos. Infere-se, portanto, que o conhecimento dos entrevistados sobre a organização da segurança de eventos foi adquirido na prática. Ainda assim, acredita-se que este é um assunto que mereça ser mais estudado, pois a questão não mensurou o grau de conhecimento do respondente.

Tabela 10 - Conhecimento acerca da organização da segurança em um evento

CONHECIMENTO SOBRE SEGURANÇA DE EVENTO	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Sim	13	93%	20	91%
Não	1	7%	2	09%
Total	14	100%	22	100%

Em relação aos órgãos de segurança pública contatados em razão da realização de um evento, procurou-se simplesmente apurar o conhecimento dos entrevistados sobre o assunto, não levando em consideração os aspectos da legislação, que dependendo do evento, obriga ao contato com a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros para retirada de alvará. Ressalta-se que a pergunta permite que o pesquisado assinale mais de um item.

Conforme a tabela 11, no grupo Polícia Militar, 86% responderam que são contatadas a PM e a Polícia Civil, 64% o Corpo de Bombeiros, 57% outros órgãos 57%. Nenhum dos pesquisados informou não ter conhecimento. Considerando que a amostra é composta por 14 policiais militares e somente 12 citaram a PM, observa-se que para 14% deles a Polícia Militar não é contata quando da realização de eventos. No grupo de representantes do setor de turismo, 91% mencionaram Polícia Militar, 86% a Polícia Civil, 82% o Corpo de Bombeiros e 36% outros órgãos. Parece controverso que dois atores do setor turístico desconheçam os órgãos de segurança pública a serem contatados e dois policiais ignorem que a PM é contatada para manutenção da ordem pública em eventos.

Tabela 11 - Órgãos de segurança pública que são contatados

ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA CONTATADOS	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Polícia Militar	12	86%	20	91%
Polícia Civil	12	86%	19	86%
Corpo de Bombeiros	9	64%	18	82%
Outros	8	57%	8	36%
Não tenho conhecimento	0	0%	2	10%
Total	----	----	----	----

Procurou-se também identificar a antecedência com que os órgãos de segurança pública são contatados. Essa questão ajuda a formar uma idéia da importância atribuída pelos entrevistados à segurança pública de eventos, pois demonstra o grau de responsabilidade dos organizadores, que devem se preocupar com o assunto desde as fases iniciais, haja vista que quanto mais antecedência no contato, maior será o tempo de preparação dos órgãos de segurança.

Como demonstrado na tabela 12, 7% dos representantes da PM informam que o contato é realizado em até 2 dias, 14% entre 2 e 5 dias, 36% no período de 5 a 10 dias, 14% entre 20 e 30 dias e igual número registrou que o contato se dá num período superior a 30 dias. No grupo do setor turístico, 9% responderam que o contato é feito no período de 2 a 5 dias, 23% entre 5 a 10 dias, 18% no período compreendido entre 10 e 20 dias, outros 23% entre 20 e 30 dias, 18% em período superior a 30 dias, 9% assumiram não ter conhecimento de quando este contato é realizado.

Comparando-se os dois grupos, é possível verificar que para a maioria de ambos os grupos, em geral, os contatos são feitos com um intervalo de tempo não inferior a 10 dias. Esse tempo é suficiente para o planejamento da segurança de grande parte dos eventos. Para um evento de pequeno porte, a polícia precisa de um intervalo mínimo de dois dias para reorganizar a escala de serviços. Em eventos maiores, no entanto, a Polícia Militar pode não ter estrutura suficiente e ser obrigada a solicitar reforços de outras localidades, o que com certeza exige um tempo maior.

Tabela 12 - Antecedência com que órgãos de segurança pública são contatados

ANTECEDÊNCIA DO CONTATADOS	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Até 2 dias	1	7%	0	0%
De 2 a 5 dias	2	14%	2	9%
De 5 a 10 dias	5	36%	5	23%
De 10 a 20 dias	2	14%	4	18%
De 20 a 30 dias	2	14%	5	23%
Mais de 30 dias	2	14%	4	18%
Não tenho conhecimento	0	0%	2	9%
Total	14	100%	22	100%

Os dados apresentados na tabela 13 visam verificar a opinião dos envolvidos com relação à presença da Polícia Militar em um evento. Ambos os grupos foram unânimes ao afirmar que a presença da PM contribui para melhoria qualidade do mesmo.

Tabela 13 - A contribuição da presença da Polícia Militar em evento

A CONTRIBUIÇÃO PM EM UM EVENTO	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Contribui para melhorar a qualidade do mesmo	14	100%	22	100%
Não afeta a qualidade do mesmo	0	0%	0	0%
Pode, até, assustar os freqüentadores do evento	0	0%	0	0%
Outro	0	0%	0	0%
Total	14	100%	22	100%

A pergunta cujos dados compõem a tabela 14 teve a finalidade de verificar se, na opinião dos grupos pesquisados, a Polícia Militar funcionaria como um diferencial na captação de eventos. Mais uma vez, os representantes do setor turístico e os representantes da PM se posicionaram de forma semelhante, 100% responderam que sim, o que indica que a segurança pública vem sendo cada vez mais valorizada nos eventos, contribuindo, inclusive, para a captação.

Tabela 14 - A presença da Polícia Militar como um diferencial na captação de um evento

A PRESENÇA DA PM COMO UM DIFERENCIAL	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Sim	14	100%	22	100%
Não	0	0%	0	0%
Total	14	100%	22	100%

No que concerne à diferença entre o papel da segurança pública e da segurança privada em de eventos, de acordo com a tabela 15, 93% dos representantes da polícia militar responderam que quando ocorre algo, durante o evento, a segurança privada tenta resolver e não conseguindo chama a PM. 7% dos entrevistados informaram que ambas têm missões distintas, mas desconhece qual seja o papel de cada uma. Embora esses 7% represente apenas um entrevistado, considera-se estranho que, ainda que não tenha a obrigação de conhecer as atividades da segurança privada, um profissional da segurança pública desconheça a missão de sua instituição.

No grupo do setor turístico, 82% informou que a segurança privada aciona a Polícia Militar para resolver algo que não tenha conseguido, 18% acreditam que as missões são diferentes, mas desconhecem o papel de cada uma.

Percebe-se que a maioria dos dois grupos entende que cabe a segurança privada dar o primeiro atendimento e acionar a Polícia Militar se não conseguir resolver o problema. Como em nenhum dos respondentes optou por “realizam o mesmo serviço”, fica claro que os dois grupos estão cientes de que as funções da segurança privada e da segurança pública são distintas.

Tabela 15 - O serviço da Polícia Militar e da segurança privada em um evento

O SERVIÇO DA PM E DA SEGURANÇA PRIVADA	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Realizam o mesmo serviço	0	0%	0	0%
A empresa de segurança privada, quando acontece um problema, tenta resolver e não conseguindo, aciona a Polícia Militar	13	93%	18	82%
Sei que têm missões diferentes, mas desconheço qual é o papel de cada uma delas.	1	7%	4	18%
Total	14	100%	22	100%

4.3.3 Questões relativas à segurança pública na Região da AMMVI

A questão formulada para verificar a existência de órgãos ligados à segurança pública nos municípios permitiu que os respondentes assinalassem mais de um item, haja vista que a existência de um órgão não exclui os demais. Afinal, um município pode e deve dispor do máximo de segurança pública que o Estado puder proporcionar.

Assim, conforme a tabela 16, os policiais militares pesquisados têm conhecimento de todos os órgãos ligados à segurança pública que possuem instalações no município, até porque interagem com eles cotidianamente. Esta situação não invalida, mas minimiza a importância da questão para o grupo. Dentre os representantes do turismo, 100% citaram a Polícia Militar e a Polícia Civil; 95% o Corpo de Bombeiros, seja militar ou não, 45% a Cadeia Pública, 68% o Fórum da justiça Estadual e 45% a Guarda Municipal.

Tabela 16 - Os órgãos de segurança pública instalados no município

ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA INSTALADOS NO MUNICÍPIO	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Polícia Militar	14	100%	22	100%
Polícia Civil	14	100%	22	100%
Corpo de Bombeiros	10	71%	21	95%
Cadeia Pública	2	14%	10	45%
Fórum	7	50%	15	68%
Guarda Municipal	2	14%	10	45%
Total	----	----	----	----

No que se refere à qualidade do atendimento nos órgãos de segurança pública de maneira geral, não só no que concerne a eventos turísticos, de acordo com a tabela 17, 93% dos policiais militares entrevistados declararam que o atendimento sempre ocorre, já 7% informaram que ocorre às vezes.

Dentre os representantes do setor turístico, 81% responderam que os órgãos de segurança pública atendem sempre que solicitados, 9% que às vezes e para 5% (1) este atendimento nunca ocorre. Um entrevistado do último grupo alegou não saber, o que leva a inferência de que talvez nunca tenha solicitado tais serviços. Comparando os dois grupos, observa-se que não há discrepância nas respostas, ou seja, ambos têm percepções parecidas quanto à qualidade do atendimento nos órgãos de segurança pública.

Tabela 17 - O atendimento dos órgãos de segurança pública quando solicitados

OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA QUANDO SOLICITADOS ATENDEM	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Sempre	13	93%	18	81%
Às vezes	1	7%	2	9%
Raramente	0	0%	0	0%
Nunca	0	0%	1	5%
Não sabe	0	0%	1	5%
Total	14	100%	22	100%

Nessa questão, buscou-se apenas mensurar a sensação de segurança de cada entrevistado em relação ao seu município, independentemente dos fatores que a influenciam negativa ou positivamente. Assim, conforme demonstra a tabela 18, 22% dos respondentes da Polícia Militar consideram seu município bastante seguro, 64% que o município apresenta relativa segurança se comparado a outros. Nenhum dos entrevistados declarou que o município tenha problemas de segurança ou que não soubesse responder. Em suma, para os encarregados da manutenção da ordem pública dos municípios da AMMVI, a questão da segurança pública não é algo que acarrete problemas.

Já entre os entrevistados do setor turístico, 32% consideram seu município bastante seguro, 45% com relativa segurança, 18% com alguns problemas de segurança e apenas 5% que o seu município tenha muitos problemas de segurança. Nenhum dos entrevistados declarou que não soubesse. Observa-se, portanto, que os dois grupos apresentam uma avaliação positiva da segurança pública nos municípios que compõem a Região da AMMVI.

Tabela 18 - A situação do município com relação à segurança pública

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO COM RELAÇÃO À SEGURANÇA PÚBLICA	PM		SETOR DE TURISMO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Com bastante segurança	3	22%	7	32%
Com relativa segurança	9	64%	10	45%
Com alguns problemas de segurança	2	14%	4	18%
Com muitos problemas de segurança	0	0%	1	5%
Não sabe	0	0%	0	0%
Total	14	100%	22	100%

Após a aplicação do pré-teste, constatou-se que o instrumento de pesquisa não dava oportunidade para que os respondentes relatassem acontecimentos de seus municípios, que poderiam ser considerados como eventos capazes de atrair turistas. Por isso, inseriu-se uma pergunta aberta para que os entrevistados pudessem se manifestar livremente.

Os representantes da Polícia Militar citaram: festas religiosas que ocorrem durante o ano, festas de aniversário do município, festas de salão, bailes Caipiras, Baile de Queijos e Vinhos, desfiles de natal, Festa do Colono, Festa da Natureza, Festa dos Gaiteiros, Festa dos Motoristas, Festa do Imigrante, Festa Pertutti, Festa de São Roque, Festa *La Sagra*, Festa *Saga Trentina*, Festa *Bergamasca*, Festa Pomerana, Festa da Tangerina, Festa de São Pedro, Festival de Inverno, CTG Coração do Vale, FenajEEP, Fenarinha, Fenarreco, *Stammtisch*, Expo Gaspar, feiras de vestuário, Expotim. Além disso, os policiais entrevistados mencionaram: Teatro da Paixão de Cristo, Simpósio Internacional de Esculturas, Shows, pesque-pague, restaurantes com comida típica, Rodeio Crioulo Internacional, Encontro de Trilheiros, Encontro Brasileiro de Motociclistas, Encontro Nacional de Motor Home, Campeonato Brasileiro de Som Automotivo, Campeonato Brasileiro de *tunning*, campeonatos de *rafting*; travessia e *jetski* na Represa Palmeiras, Morro do Parapente, corrida de *Mountain Bike*, Maratona Bela Vista, Torneio de Verão, campeonatos nacionais e internacionais na Arena Multiuso, Circuito Vale Europeu de Ciclo Turismo. Dessa forma, constata-se que a percepção dos integrantes da PM está associada aos eventos que requerem policiamento, sejam estes nacionais ou locais.

Dois entrevistados do setor de turismo informam não haver esse tipo de evento em seus municípios, o que, de certa forma, esclarece o porquê do desconhecimento manifestado em questões anteriores, afinal, é natural que indivíduos ignorem procedimentos de situações não vivenciadas. Os demais membros desse grupo relacionaram uma grande variedade de acontecimentos, que vão de festas locais a eventos de repercussão nacional, quais são: festas religiosas que ocorrem nos finais de semana ao longo de todo o ano, festas populares (Santos padroeiros), festas de aniversário do município, Festa do Imigrante, Festa Pomerana, Festa *Pertutti*, Festa do Colono, Festa *Bergamasca*, Baile do Vinho, *Oktoberfest*, *Sommerfest*, Festa *Trentina*, Festa da Tangerina, *Saga Trentina*, Fenarreco, FenajEEP, *Jeep Fest*, Papai Noel nos Bairros, Natal na Praça, Natal em Indaial, Natal em Blumenau e Teatro da Páscoa.

Os atores do turismo ainda mencionaram: feiras e congressos, Feira Comercial, Industrial e Artesanal, Feiras de Inverno (*Intermark*), Feira da Páscoa, Expotim, feira e exposição agropecuária, Expofeira, FIMI, Feira de Matemática, *Texfair*, congressos, Febratex, Expo Gaspar, *Stammtisch*, exposições de orquídeas, exposições de fotos, exposições de artes plásticas, Festival de Bandas e Bandinhas, Festival da Canção, *River Rock*, Encontro de Danças, Semana Folclórica, Festival Brasileiro de Aerodelismo (FESBRAER), Festival Aberto de Parapente, Rodeio Interestadual do CTG Coração do Vale, encontros

motociclísticos, encontros de veículos antigos, encontros da 3ª idade, Encontros de Gaiteiros, Encontro de Trilheiros, encontros de prefeitos do Vale do Itajaí, reuniões da SDR, encontros religiosos, seminários de turismo, vôo livre, cascatas, travessia e jet-ski represa Palmeiras, corrida *moutain bike*, Campeonato Estadual de *Rafting* Profissional e Amador, Dia do Desafio, a gastronomia dos restaurantes e, por fim, pesque-pague.

Analisando as respostas, verifica-se que os dois grupos apresentam basicamente os mesmos eventos. Além disso, o fato de terem sido mencionados eventos com dimensão local e nacional demonstra a riqueza do setor de turismo de eventos na Região da AMMVI. Acrescenta-se, ainda, que a variedade de respostas dos entrevistados é natural, haja vista que a literatura sobre o tema está em fase de discussão e tais atividades ainda não foram inteiramente caracterizadas e definidas.

5 IMPLICAÇÕES DA SEGURANÇA NO TURISMO DE EVENTOS

Diante dos dados coletados, é possível afirmar que, na Região da AMMVI, o turismo de eventos e a segurança pública atuam de forma paralela, não apresentando indícios de sintonia, ou articulação, nas tomadas de decisão e ações desenvolvidas. Em parte, essa realidade coincide com a apresentada pelos autores pesquisados em relação a outras localidades e situações.

Nesse sentido, observa-se uma atuação reativa por parte da Polícia Militar no que tange à segurança pública, ou seja, a Instituição não busca se inteirar previamente da agenda de eventos e contatar os organizadores para verificar as necessidades de policiamento. Isso evidencia um quadro alarmante porque, conforme já mencionado, turistas com outra cultura e comportamento geram insegurança na comunidade receptora. Essa sensação é transmitida ao visitante, que precisa sentir-se seguro para permanecer e, se possível, voltar ao local. Daí a necessidade de uma atuação pró-ativa por parte da Polícia no que concerne ao controle da demanda turística de eventos.

No caso do município de Blumenau, por exemplo, alguns organizadores de eventos já têm se manifestado em prol da segurança. A Polícia Militar, por outro lado, tem solicitado a agenda de eventos com cerca de duas semanas de antecedência. É lamentável que tais procedimentos sejam recentes e se apliquem apenas aos eventos realizados no Parque Vila Germânica. O ideal é que fossem estendidos a todos os eventos promovidos na Região da AMMVI, pois, apesar de haver muito a ser feito, tais ações podem ser o início da tão necessária articulação entre a Polícia Militar e a organização de eventos.

Dessa forma, embora manifestem preocupações com a segurança do evento, os atores do turismo da Região da AMMVI ainda não tomaram a iniciativa de inserir a segurança pública na fase pré-evento, que é quando a Polícia Militar deveria ser convidada a participar do planejamento. Na verdade, a maioria dos organizadores contata com os órgãos de segurança somente quando o planejamento está concluído e em fase de execução, o que pode acarretar sérios problemas, inclusive, o cancelamento do evento. Um desses problemas é a insuficiência de efetivo para garantir o policiamento do evento, sem desfalcar o policiamento da cidade. Nesse caso, será necessário tempo para escalar policiais em regime de hora extra, ou recorrer ao empréstimo de oficiais de outras localidades. Em situações menos graves, o

adiamento do evento é suficiente para se adequar os procedimentos às exigências dos órgãos de segurança pública.

A pró-atividade da Polícia Militar em relação ao turismo de eventos é importante para evitar situações críticas como a que ocorreu com edição noturna da Maratona de Blumenau, que foi cancelada porque os organizadores planejaram a prova sem contatar os órgãos responsáveis pela segurança, embora, na cidade, já se soubesse da intenção de realizar o evento à noite. O cancelamento por questões de segurança foi louvável, mas o prejuízo que trouxe para a Região é inegável.

Outra situação que poderia ter sido evitada é a ausência de instalações adequadas para os órgãos da segurança pública no Parque Vila Germânica de Blumenau, pois, embora, a construção tenha sido amplamente divulgada pela imprensa, a Polícia Militar não teve a iniciativa de conferir o projeto. Quando o parque ficou pronto, verificou-se que tais espaços não existiam, as instalações foram improvisadas e assim se mantêm até hoje.

Ressalta-se que essa falta de integração, durante o planejamento, têm contribuído para que a segurança privada veja, nos eventos, uma oportunidade de lucro, levando muitos organizadores a crer que a presença desta é suficiente. Essa é uma postura problemática, pois quando as ocorrências fogem a competência legal da segurança privada, a segurança pública é acionada e passa a ser vista como suplementar e repressiva, ou seja, gera apenas o sentimento de repressão e não de controle, que é essencial para que o evento transcorra com tranquilidade.

Falta aos atores do turismo a visão de que um evento não está restrito ao lugar em que ocorre, seus efeitos extrapolam o espaço físico delimitado e afetam a ordem da comunidade. Afinal, os turistas de um evento utilizam seu tempo livre para circular pelas cidades, conhecendo, consumindo e, acima de tudo, interagindo com os residentes. Em festas que envolvem o consumo de álcool, o impacto tende a ser ainda maior, interferindo na segurança dos visitantes e residentes.

Vale salientar que os benefícios econômicos não podem servir de isenção para problemas de segurança que advenham da movimentação turística. Assim, a Polícia Militar - como órgão responsável pela manutenção da ordem pública - precisa capacitar seus integrantes para atender aos turistas que não restringem sua permanência ao local do evento.

Se por um lado, é necessário que os organizadores do turismo de eventos e a Polícia Militar passem a compreender a lógica de atuação e a responsabilidade um do outro; por

outro, as universidades precisam aprimorar a formação dos acadêmicos dos cursos voltados ao turismo, para que estes ingressem no mercado como profissionais conscientes e conhecedores dos problemas de segurança que permeiam o turismo de eventos. Além disso, a literatura especializada precisa explorar e aprofundar mais o tema.

A Polícia Militar precisa se capacitar para ter condições de oferecer parceria aos atores do turismo. Essa capacitação deve ter foco em dois objetivos: treinar os policiais militares para atender aos turistas, sem que isso implique descuidar do residente; e preparar alguns policiais para atuar em todas as fases do turismo de eventos, principalmente, no pré-evento.

No ano de 2007, o 10º Batalhão de Polícia Militar e a Secretaria de Turismo de Blumenau firmaram uma parceria para treinar todo o efetivo policial militar do município para atender ao turista. A Secretaria custearia o treinamento, fornecendo material e contratando professores altamente capacitados, inclusive, da FURB. A PM disponibilizaria pessoal e local com estrutura adequada ao treinamento. Para surpresa de todos, o plano de ensino não foi aprovado pela Diretoria de Ensino da Polícia Militar por não atender aos objetivos da corporação. Assim, a parceria teve que ser desfeita.

Sugere-se, portanto, que os organizadores troquem informações com Polícia Militar na fase pré-evento, para que esta tenha condições planejar adequadamente o policiamento a ser executado na fase evento. Remenda-se, ainda, que, na fase pós-evento, os dois grupos façam uma avaliação conjunta dos procedimentos adotados, pois esta poderá servir de base para o aperfeiçoamento do planejamento da segurança de futuros eventos.

Além disso, é necessário que os atores do setor turístico e os representantes da Polícia Militar trabalhem juntos, para identificar a estrutura necessária para atender às demandas do turismo de eventos no que concerne à segurança pública. Em outras palavras, a organização da segurança pública de eventos turísticos requer governança, a qual, segundo Camargo (2003), reúne instituições governamentais e mecanismos informais em prol de objetivos comuns e partilhados, constituindo, assim, um fenômeno mais amplo do que o governo. Bento (2003) acrescenta que a governança diz respeito aos pré-requisitos institucionais para a otimização do desempenho administrativo, ou seja, são os instrumentos técnicos de gestão, que asseguram a eficiência e a democratização das políticas públicas. Para o autor, a governança está relacionada a aspectos adjetivos e instrumentais do exercício do poder, está ligada a competência dos administradores e servidores públicos no cumprimento das metas governamentais definidas politicamente.

Para a implantação das medidas indicadas pela OMT, após a decisão governamental, é necessário instrumentalizar os serviços públicos e as entidades do setor turístico, haja vista que as demandas de segurança afetam tanto o residente quanto o visitante. Por isso, a estrutura deve manter equipamentos adequados para execução do serviço, recursos humanos suficientes e devidamente qualificados.

No que concerne a equipamentos, a Polícia Militar de Blumenau utiliza veículos adaptados para posto de comando e aparatos eletrônicos, como, por exemplo, sistema móvel de monitoramento por câmeras de vigilância, que a PM desenvolveu recentemente para ser usado em eventos localizados fora do alcance da rede de vídeo já instalada. Além disso, é preciso que os locais destinados a eventos tenham instalações adequadas para que os órgãos de segurança pública possam atender ao público e aos policiais.

Quanto à qualificação profissional, os policiais militares de cidades que sediam eventos devem ter seu treinamento adequado para o atendimento do turista. Destaca-se que esse treinamento não se restringe ao grupo que atua no evento, ele deve ser estendido a todos os policiais do município, pois, conforme já mencionado, o turista não permanece só no local do evento, ele circula por toda a cidade.

6 CONCLUSÃO

O turismo de eventos é uma das atividades que mais tem contribuído para o desenvolvimento regional, pois, além de gerar os mesmos benefícios que as demais atividades turísticas, este segmento independe de sazonalidade e os gastos de seu público são superiores aos do turista comum. Ademais, se bem recebido, o participante de um evento pode retornar com a família ou indicar o destino para amigos e conhecidos (ZANELA, 2003).

Dentre as várias modalidades de eventos promovidas no País, uma das que mais se tem destacado são as feiras. De acordo com uma pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, grandes feiras nacionais têm cedido lugar a itinerantes, por vezes, subdividindo-se em várias edições anuais, cada qual com sede na região em que seu segmento possui mais relevância (SEBRAE, 2007).

Por isso, conforme Moletta e Garcia (2000), as cidades ou regiões, que pretendam sediar eventos, precisam estruturar uma rede de serviços - públicos e privados - capaz de atender tanto às necessidades do visitante, quando às do residente, principalmente, no que concerne à segurança pública, que se tem apresentado, no Brasil e no mundo, como um desafio difícil ser superado.

Para fazer frente a esse desafio e possibilitar as condições mínimas de atendimento ao turista, a OMT elaborou um documento denominado *Seguridad em turismo – medidas practicas para los destinos* (OMT, 1997). Esta, segundo a bibliografia consultada, é a única publicação oficial que aborda segurança pública e turismo de forma conjunta.

Este estudo trata do turismo de eventos e da segurança pública nos 14 municípios da Região da AMMVI. Para tanto, adotou-se como técnica de coleta de dados a observação participante e uma entrevista estruturada, com questões abertas e fechadas, aplicadas a 22 atores do setor turístico e a 14 comandantes da Polícia Militar que atuam na Região.

Ressalta-se que o único órgão de segurança pública pesquisado foi a PM porque, segundo a Constituição Federal, esta é responsável pela manutenção da ordem pública. Acrescenta-se, ainda, que a observação participante se deu de forma natural porque o pesquisador faz parte da corporação, ou seja, participa da segurança de eventos da Região pesquisada e tem acesso a documentos e informações.

Quanto ao objetivo geral deste trabalho - investigar as implicações da segurança pública no desenvolvimento do turismo de eventos na Região da AMMVI - inferiu-se que, ao

mesmo tempo em que a segurança pública é um dos fatores que permitem o desenvolvimento do turismo de eventos; o turismo de eventos, além de proporcionar melhor qualidade de vida aos residentes, contribui para que a segurança pública da Região não se deteriore.

No que concerne ao primeiro e segundo objetivo específico - contextualizar e descrever a evolução e a estrutura do turismo de eventos na Região da AMMVI - observou-se que os 14 municípios pesquisados apresentam estruturas bastante distintas e que a maior e mais importante parte dos equipamentos turísticos está concentrada em Blumenau, que é a cidade pólo da Região. Brusque vem em segundo lugar, mas com uma estrutura bem menor. Por isso, abordar o turismo de eventos na Região da AMMVI é quase o mesmo que abordá-lo exclusivamente em Blumenau.

Em relação ao terceiro objetivo específico - identificar percepção dos atores envolvidos com o desenvolvimento regional do turismo sobre a estrutura e atuação da segurança pública na Região da AMMVI - constatou-se que tanto os atores do setor turístico quanto os representantes da Polícia Militar têm ciência de que a segurança pública desempenha um papel essencial no desenvolvimento do turismo de eventos. Além disso, os dois grupos apresentam uma avaliação positiva da segurança pública nos municípios pesquisados.

No que diz respeito ao quarto objetivo específico - analisar as implicações da segurança pública no desenvolvimento do turismo de eventos na Região da AMMVI - acredita-se que um setor não conhece a forma de atuação do outro, pois, a aproximação entre ambos ocorre apenas em questões pontuais. Observou-se que na prática, assim como na bibliografia pesquisada e nas políticas públicas federais, os órgãos de segurança pública e o setor de turismo não se articulam, ou seja, um não dá suporte às ações do outro, não obstante, ambos visem o aprimoramento da qualidade de vida das pessoas e, oficialmente, reconheçam ser interdependentes.

Recomenda-se que a Região da AMMVI implemente as medidas de segurança em áreas turísticas indicadas no manual *Seguridad em turismo – medidas practicas para los destinos*, pois, embora a OMT recomende que a implantação parta da esfera nacional para a local, nada impede que a Região seja precursora e busque o comprometimento das estâncias estaduais e federais.

Considerando a importância da segurança pública e do turismo de eventos para o contexto atual, recomenda-se, ainda, que sejam estudados outros enfoques do tema, dentre os quais:

- a) a falta de sintonia entre as políticas públicas do turismo e da segurança pública;
- b) aferir a percepção do público de eventos com relação à interação entre os setores do turismo e da segurança pública, mensurando o grau de importância que atribuem a tal fato;
- c) avaliar o grau de capacitação dos integrantes dos órgãos de segurança pública, em especial da Polícia Militar, para atuar e reconhecer a importância do turismo de eventos como elemento de desenvolvimento de determinada região;
- d) quantificar os investimentos do Estado na segurança dos eventos turísticos que ocorrem na Região da AMMVI;
- e) analisar o envolvimento dos municípios da Região da AMMVI com o turismo de eventos e apurar o impactos deste na qualidade de vida dos residentes.

REFERÊNCIAS

- ABCFAV. **Manual do vigilante:** curso de formação. Disponível em <http://www.dpf.gov.br/web/informa/segurancaprivada/manual_vigilante.zip>. Acesso em 12 set. 2007.
- AMMVI. **Conheça a história de fundação da Associação.** Disponível em <<http://www.ammvi.org.br/conteudo/?&item=1970&fa=803>>. Acesso em 02 abr. 2007.
- ARCHER, Brian; COOPER, Chris. Os Impactos Negativos e Positivos do Turismo. In: THEOBALD, W. (Org.). **Turismo Global.** São Paulo: SENAC, 2002.
- BACAL, Sarah S.; MIRANDA, Sonia Marly de Arruda. Impacto do turismo nos núcleos receptores: necessidade de normatização. In: RODRIGUES, Adyr Balestreri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BANDUCCI JR, Álvaro; BARRETO, Margarita (Org.). **Turismo e identidade local:** uma visão antropológica. Campinas: Papyrus, 2001.
- BARBOSA, Marcelo. Turismo e segurança pública: uma parceria necessária. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). **Turismo, Memória e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Rooca, 2004.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de Iniciação ao estudo do turismo.** 10ª ed. Campinas: Papyrus, 1995.
- BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento:** uma análise internacional comparativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 6. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do estado.** São Paulo: Manole, 2003.
- BERVIAM, Pedro A, CERVO, Amado L. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- BITTELBRUNN JUNIOR, Antonio. **Turismo e desenvolvimento regional:** o caso *oktoberfest* de Blumenau – Santa Catarina. 2007. 91f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.
- BOISIER, Sérgio. Desenvolvimento. In: SIEDENBERG, Dieter Rugard (Coord). **Dicionário:** desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- BOITEUX, Bayard, WERNER, Maurício. **Promoção, entretenimento e planejamento turístico.** São Paulo: Aleph, 2002.
- BORNHOFEN, P. R., DREHER, Marialva Tomio. **Segurança Pública nos eventos turísticos em áreas urbanas:** um alerta! In: X Encontro Nacional de Turismo de Base Local-

ENTBL, 2007, João Pessoa. X Encontro Nacional de Turismo de Base Local-ENTBL. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba- UFPB, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL, Lei nº 5.172. Código Tributário Nacional. Brasília, DF: Senado, 1966.

BRASIL, Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun.1983. Disponível em <http://www.dpf.gov.br/web/informa/legis/Ser_LEI7102_alt.htm>. Acesso em 12 set. 2007.

BRASIL. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 out. 1983.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Lei 9.107, de 30 de março de 1995. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 mar. 1995. Disponível em <http://www.dpf.gov.br/web/informa/legis/Ser_LEI9017.htm>. Acesso em 12 set. 2007.

BRASIL. Parecer GM-25, de 10 de agosto de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 ago. 2001.

BRASIL. **Plano Nacional do Turismo**: diretrizes, metas e programas, 2003 – 2007. Disponível em <http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/destaques/arquivos/plano_nacional_de_turismo.html>. Acesso em 12 nov.2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Disponível em Disponível em <<http://www.mj.gov.br/noticias/2003/abril/pnsp.pdf>>. Acesso em 18/10/2006

BRASIL. Projeto de Lei 6.976 de 2006. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/ctd/antigas/noticia060807regimeespecial/searchterm=pl%206976>>. Acesso em 02 abr. 2007.

BRASIL. **Segmentação do turismo**: Marco conceitual. Disponível em <http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/export/sites/default/institucional/arquivos/Segmentaxo_Turismo_Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em 20 jul.2007.

BRITTO, Janaina; FONTES, Nena D. **Estratégias para eventos**. São Paulo: Aleph, 2006.

CAMARGO, Aspásia. **Governança para o século 21**. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CARVALHO, Lígia de (Coord.). **Meu negócio é turismo**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a lei e a ordem**: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo, território e o mito do desenvolvimento. **Revista Espaço & Geografia**. Brasília, v. 3, n. 1. 2. ed., v. 3, n. 1, jan. / jun. 2000.

CUNHA, Licínio. **Economia e política do turismo**. São Paulo: McGraw Hill, 1997.

DALLABRIDA, Valdir R. Região. In: SIEDENBERG. Dieter Rugard (Coord). **Dicionário: desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. **Portaria 387/2006**. Disponível em <http://www.dpf.gov.br/web/informa/segurancaprivada/portaria_387_2006_dg.pdf>. Acesso em 12 set. 2007.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20159.pdf>>. Acesso em 02 abr.2007.

ERN FILHO, Adolfo, GRAIPEL JÚNIOR, Hermes José. **Historia do turismo em Blumenau**. Blumenau: Edifurb, 2006.

ESPÍRITO SANTO, Lúcio Emílio, MEIRELES, Amauri. **Entendendo a nossa insegurança**. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Policiologia, 2003.

FECAM – Federação Catarinense dos Municípios. **Associações municipais**. Disponível em <<http://www.fecam.org.br/associacoes/index.php>>. Acesso em 02 abr.2007.

FERRARI, Celso Leme. **Oktoberfest de Blumenau: negócios e oportunidades**. Brasília, D.F: SEBRAE, 1998.

FISCHER, Tânia. **Gestão do desenvolvimento e poderes Locais**. Salvador: Casa da qualidade, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOLLO, Gelso Guimarães. **Segurança & turismo: percepções quanto ao aspecto “segurança” de um destino turístico, como forma de mantê-lo atrativo e competitivo**. Caxias do Sul: 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul.

GRUNEWALD, Luis. *Seguridad Turística*. In: *Dossiê de Seguridad Turística*. Revista *On Line Marketing e Turismo*, nº 01, 2003. 34p.

HELMSING, A. H. J. (Bert). **Perspectivas sobre el desarrollo económico localizado**. EURE, Santiago, Set. 2002, v. 28, n.84, p.33 - 61.

IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01/07/2006**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2005/default.shtm>>. Acesso em 02 abr.2007.

KAHN, Túlio. **Os custos da violência:** quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo. São Paulo em perspectiva, v.13, n. 4, p. 42-48, out./dez. 1999.

KAHN, Túlio. **Cidades blindadas:** ensaios de criminologia. São Paulo: Sicurreza, 2002.

KLINK, J. J. **A cidade-região:** regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LAKATOS, Eva M, MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de direito administrativo.** 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

LUCAS, Fernando de, LA CUEVA, Murillo de. Psicologia social del turismo. In: GIL, Ángels Rubio (Coord.). **Sociología del turismo.** Barcelona: Ariel, 2003.

MARCINEIRO, Nazareno, PACHECO, Giovanni C. **Polícia comunitária:** evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis: Insular, 2005.

MARCON, Maria Teresinha, MARQUES, Valesca Menezes. As associações de municípios e o planejamento regional em Santa Catarina. In: SIEBERT, Claudia (Org.) **Desenvolvimento regional em Santa Catarina.** Blumenau: Edifurb, 2001.

MARTIN, Vanessa. **Manual prático de eventos.** São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS, Marlene. **Turismo de Eventos:** Relação entre Sociedade e Espaço de Eventos. In: BAHL, Miguel (Org.) Turismo: enfoques teóricos e práticos. São Paulo: Roca, 2003.

MCNEILL, Wllian H. As gangues de rua são uma antiga herança da civilização. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org). **Insegurança Pública:** Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

MEIRELLES, Gilda Fleury. **Tudo sobre eventos:** o que você precisa saber para criar, organizar e gerenciar eventos que promovem sua empresa e seus produtos. São Paulo: Editora STS, 1999.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.** 23. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

MISSE, Michel. **Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima:** Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. Disponível em <<http://www.necvu.ifcs.ufjf.br/arquivos/Sobre%20a%20sociabilidade%20violenta%20de%20Machado.pdf>> . Acesso em 06 jan.2007.

MOLETTA, Vania B. Florentino, GARCIA, Roslaine K. O. **Comercializando um destino turístico.** Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000.

MOLINA, Sérgio. **Turismo: metodología para su planificación.** México: Trillas, 1997.

MOLINA, Sérgio. **El Pos Turismo. De los centros turísticos industriales a las ludópolis.** São Paulo: Aleph, 2003.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial.** Rio de Janeiro: Forense, 2003.

MUSUMECI, Leonarda. **As múltiplas faces da violência no Brasil.** Disponível em <<http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/PnudViol97.zip>>. Acesso em 17 fev. 2004.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Violência urbana: o eixo da conjuntura social brasileira no final do século XX.** In: ZAVERUCHA, Jorge, ROSÁRIO, Maria do, BARROS, Negreiro (Orgs). Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002.

NICHOLS, Bárbara. **Gerenciamento profissional de eventos.** Tradução de Milena Carvalho. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1989.

NOGUEIRA, C. R. D. **Turismo, integração e desenvolvimento regional.** Revista Espaço & Geografia. Brasília, v. 3, n. 1, jan. / jun. 2000.

OLIVEIRA, Cláudio Brandão de. **Manual de direito administrativo.** 2. ed. Niterói: Impetus, 2004.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Seguridad en turismo: medidas prácticas para los destinos.** Madrid: Organización Mundial do Turismo, Espanha: 1997.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais.** 2. ed. Madrid: Press y Comunicaciones de la OMT, 2001.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Turismo.** Disponível em <http://www.unwto.org/estadisticas/basic_references/castellano/A.1.1.1.15.htm> Acesso em 20.mar.2007.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão.** São Paulo: Futura, 1998.

PMSC. **Diretrizes de Ação Operacional da Polícia Militar.** Disponível em <<https://200.215.10.219/aplicacoes/pmleis.nsf/vw0004?OpenView>>. Acesso em 12/11/2006.

ROSENBAUM, Dennis P. **A mudança no papel da polícia: avaliando a transição para o policiamento comunitário.** In: BRODEUR, Jean-Paul (Org.). Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANCHO, Amparo (Org.). Trad. Dolores Martin Rodriguez Córner. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

SANTA CATARINA. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989.** Florianópolis: ALESC, 1989.

SANTA CATARINA. Lei Complementar 284, de 28 de fevereiro de 2005. Diário Oficial do Estado, Florianópolis, 28 fev. 2005. Disponível em <http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=184&Itemid=64&lang>..Acesso em 12 nov. 2006.

SANTA CATARINA. **Plano integrado de lazer**. Disponível em <<http://www.sol.sc.gov.br/paginas/pdil.htm>>. Acesso em 01 mar. 2007.

SANTA CATARINA. **Programa de desenvolvimento integrado de turismo em Santa Catarina**. Disponível em < <http://www.sol.sc.gov.br/paginas/prodetur.htm> >. Acesso em 01 mar. 07.

SANTOS, Carla Andrade Novaes dos. **Impactos Sociais e culturais da Oktoberfest na comunidade de Blumenau entre 1993 e 1998**. In: BAHL, Miguel (Org.). Eventos: a importância para o turismo do terceiro milênio. São Paulo: Rocca, 2003.

SEBRAE. **O mercado brasileiro de feiras 2007**. Disponível em <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/B181DA87B44053BE832573E0005BEE1E/\\$File/NT000374AA.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/B181DA87B44053BE832573E0005BEE1E/$File/NT000374AA.pdf)>. Acesso em 16 jun. 2008.

CÂMARA, Paulo Sette. **Defesa social e segurança pública**. Disponível em <<http://www.ecoambiental.com.br/mleft/paulosette.htm>>. Acesso em 10 set.2005.

SIEBERT, Cláudia F. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau: Edifurb, 1996.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. **A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia**. In: BECKER, Dinizar F., WITTMANN, Milton Luiz (Org). Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 23 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

SILVEIRA, Amélia (Coord). **Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias**. 2. ed. Blumenau: Edifurb, 2004.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. São Paulo: Aleph, 2000.

VERAS, Dauro, MOSIMANN, Rogério, ESPEZIN, Rossana. **Santa Catarina: eventos & negócios**. Florianópolis: Letras brasileiras, 2004.

WOLFE, Alan. Três caminhos para o desenvolvimento. Mercado, estado e sociedade civil. In: IBASE, **A democracia como proposta**. Rio, Ibase, 1991.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de organização de eventos**. São Paulo: Atlas, 2003.

APÊNDICE - INSTRUMENTO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO – CCHC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PPGDR
MESTRANDO: PAULO ROBERTO BORNHOFEN

**PROJETO DE PESQUISA: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE EVENTOS E SEGURANÇA
PÚBLICA NO TERRITÓRIO DA REGIÃO DA AMMVI**

ENTREVISTA ESTRUTURADA

Data: ____/____/____

Dados do entrevistado

Instituição: _____

Ocupação/Atividade: _____

QUESTÕES

Bloco temático 1 - Eventos turísticos e sua estrutura.

1. Na sua percepção, o que envolve o turismo de eventos?

R.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Bloco temático 2 – Eventos turísticos e segurança

9. Você sabe como é organizada a segurança dos eventos?

- Sim Não Não tenho conhecimento

10. Os órgãos de segurança pública são contatados em razão dos eventos?

- Polícia Militar Outros
 Polícia Civil Não tenho conhecimento
 Corpo de Bombeiros

11. Com qual antecedência, em dias, os órgãos de segurança pública são contatados?

- Até 2 dias De 20 a 30 dias
 De 2 a 5 dias Mais de 30 dias
 De 5 a 10 dias Não tenho conhecimento
 De 10 a 20 dias

12. Em sua opinião, a presença da Polícia Militar em um evento contribui para

- Melhorar a qualidade do mesmo
 Não afeta a qualidade do mesmo
 Pode, até, assustar os frequentadores do evento
 Outro _____

13. O senhor (a) acha que a presença da polícia pode ser um diferencial na atração de eventos turísticos?

- Sim Não

14. Com relação à empresa de segurança privada e a Polícia Militar, em um evento:

- Realizam o mesmo serviço
 A empresa de segurança privada, quando acontece um problema, tenta resolver e não conseguindo, aciona a Polícia Militar.
 Sei que têm missões distintas, mas desconheço qual é o papel de cada uma delas.

Bloco temático 3 – Segurança Pública

15. Quais dos seguintes órgãos possuem instalações no seu município?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Polícia Militar | <input type="checkbox"/> Cadeia Pública |
| <input type="checkbox"/> Polícia Civil | <input type="checkbox"/> Fórum |
| <input type="checkbox"/> Corpo de Bombeiros | <input type="checkbox"/> Guarda Municipal |
| <input type="checkbox"/> Presídio | |

16. Quando solicitados, os órgãos públicos ligados à segurança pública, têm atendido às solicitações?

- | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sempre | <input type="checkbox"/> Nunca |
| <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Não sabe |
| <input type="checkbox"/> Raramente | |

17. O seu município, no seu entendimento, com relação à segurança pública, é um município:

- Com bastante segurança
- Com relativa segurança
- Com alguns problemas na segurança
- Com muitos problemas na segurança
- Não sabe

18. Quais são os principais eventos turísticos em seu município? Sugestões/Críticas

.....

.....

.....

.....

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!